

CADERNO DE SQUIBS

Temas em estudos formais da linguagem

V. 3 N. 1, 2017

Caderno de *Squibs*:

TEMAS EM ESTUDOS FORMAIS DA LINGUAGEM

V. 3 • N. 1 • 2017

ORGANIZADORES

Marcus Vinícius da Silva Lunguinho

Universidade de Brasília

Cristiany Fernandes da Silva

Universidade de Brasília

Elisabete Luciana Morais Ferreira

Universidade de Brasília

APOIO

Laboratório de Estudos Formais da Gramática – LEFOG

Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL



Universidade de Brasília

CONSELHO EDITORIAL

Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles

Universidade de Brasília

Rozana Reigota Naves

Universidade de Brasília

Eloisa Nascimento Silva Pilati

Universidade de Brasília

Helena da Silva Guerra Vicente

Universidade de Brasília

Marcus Vinícius da Silva Lunguinho

Universidade de Brasília

Paulo Medeiros Junior

Universidade de Brasília

Paula Guedes Baron

Universidade de Brasília

Elisabete Luciana Morais Ferreira

Universidade de Brasília

Bruna Elisa da Costa Moreira

Universidade de Brasília (*egressa*)

Cristiany Fernandes da Silva

Universidade de Brasília

CONSELHO CIENTÍFICO

Aroldo Leal de Andrade

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

Marina Rosa Ana Augusto

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Indaiá de Santana Bassani

Universidade Federal de São Paulo

Simone Lúcia Guesser

Universidade Federal de Roraima

Ana Paula Quadros Gomes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Suzi de Oliveira Lima

Universidade Federal do Rio de Janeiro
University of Toronto

Telma Moreira Vianna Magalhães

Universidade Federal de Alagoas

Rafael Dias Minussi

Universidade Federal de São Paulo

José Ferrari Neto

Universidade Federal da Paraíba

Roberta Pires de Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina

Gabriel de Avila Othero

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sandra Quarezemin

Universidade Federal de Santa Catarina

Núbia Saraiva Ferreira Rech

Universidade Federal de Santa Catarina

Marcelo Amorim Sibaldo

Universidade Federal de Pernambuco

Claudia Roberta Tavares Silva

Universidade Federal de Pernambuco

André Luis Antonelli

Universidade Estadual de Maringá

Julio William Curvelo Barbosa

Universidade Estadual do Paraná

Fábio Bonfim Duarte

Universidade Federal de Minas Gerais

Andrew Nevins

Universidade Federal do Rio de Janeiro
University College London

Andrea Knöpfle

Universidade Federal de Pernambuco

Marcus Vinícius da Silva Lunguinho

Universidade de Brasília

Alessandro Boechat de Medeiros

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Bruna Elisa da Costa Moreira

Universidade de Brasília (*egressa*)

Jairo Moraes Nunes

Universidade de São Paulo

Déborah de Mendonça Oliveira

Universidade Católica de Brasília

Lilian Coelho Pires

Univ. do Estado de Santa Catarina

Poliana Camargo Rabelo

Universidade de Brasília

Ana Paula Scher

Universidade de São Paulo

Maria Cristina Figueiredo Silva

Universidade Federal do Paraná

Keli Cristiane Eugênio Souto

Universidade Estadual de Montes Claros

Zenaide Dias Teixeira
Universidade Estadual de Goiás

Thiago Costa Chacon
Universidade de Brasília

Aveliny Lima-Gregio
Universidade de Brasília

Ezekiel J. Panitz
Universidade de São Paulo

Leonor Simioni
Universidade Federal do Pampa

Cilene Rodrigues
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro

Patricia de Araujo Rodrigues
Universidade Federal do Paraná

Helena da Silva Guerra Vicente
Universidade de Brasília

Rerisson Cavalcante de Araújo
Universidade Federal da Bahia

Eloisa Nascimento Silva Pilati
Universidade de Brasília

Carlos Felipe da Conceição Pinto
Universidade Federal da Bahia

Lara Frutos González
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Luciana Sanchez Mendes
Universidade Federal Fluminense

Teresa Cristina Wachowicz
Universidade Federal do Paraná

Marcelo Giovannetti Ferreira Luz
Universidade Federal de Roraima

Virgínia Andrea Garrido Meirelles
Universidade de Brasília

Esmeralda Vailati Negrão
Universidade de São Paulo

Heloisa Maria M. Lima de Almeida Salles
Universidade de Brasília

Maria José Gnatta Dalcuche Foltran
Universidade Federal do Paraná

Roberlei Alves Bertucci
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Marcos Barbosa Carreira
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Eneida de Goes Leal
Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Marcelo Giovannetti Ferreira Luz

Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes
Universidade Estadual de Campinas

Luisandro Mendes de Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CAPA

André Maya Monteiro
Vitor Teles Ferreira

ARTE DA CAPA

Cristiany Fernandes da Silva

DIAGRAMAÇÃO,
LEITURA E PREPARAÇÃO DOS MANUSCRITOS

Cristiany Fernandes da Silva
Elisabete Luciana Morais Ferreira

Linguística. UnB. Caderno de *Squibs*: temas em estudos formais da linguagem. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Laboratório de Estudos Formais da Gramática (LEFOG). Vol.3, N.1 (2017). Brasília, DF: Universidade de Brasília. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Semestral. 2015.
ISSN: 2447-1372 (VERSÃO ON-LINE)
CDD 410
CDU 81

NOTA INICIAL

Sobre o termo *squib* em Linguística, por Marcus Lunguinho

O termo *squib*, tal qual se conhece em Linguística, é uma criação atribuída ao linguista John Robert Ross e se refere a um gênero textual que ficou popular a partir dos anos 1960 com a revista *Linguistic Inquiry*, que teve Ross como um dos primeiros responsáveis pela seção destinada justamente à publicação desse tipo de textos, denominada *Squibs and Discussion*.¹

Como um gênero textual, o *squib* apresenta características específicas tanto de forma quanto de conteúdo. No que se refere à forma, um *squib* é um texto curto, cuja extensão é medida em termos de páginas ou de número de palavras a depender do periódico. Por exemplo, na revista *Linguistic Inquiry*, o manuscrito de um *squib* não pode ultrapassar doze páginas escritas em espaço duplo.² Já na revista brasileira D.E.L.T.A. (Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada), o manuscrito de um *squib* deve ter extensão máxima de 6000 palavras.³

No que se refere ao conteúdo, um *squib* é um texto que aborda questões pontuais, tanto de natureza teórica quanto empírica. Do ponto de vista teórico, um *squib* pode trazer uma reflexão crítica sobre aspectos internos de uma teoria, tais como inconsistências internas, pressupostos que não estão apresentados de maneira explícita ou que precisam ser incorporados de modo a que essa teoria possa fazer as previsões corretas e/ou desejáveis. Já do ponto de vista empírico, um *squib* pode apresentar um conjunto de dados que servem para confirmar as previsões de uma teoria ou que se configuram como problemas para essa teoria. Os problemas apontados no *squib* podem ou não ser resolvidos. Além dessas questões teóricas e empíricas, um *squib* também pode servir para trazer à luz para a comunidade científica uma literatura pouco conhecida ou esquecida, em que questões importantes ou dados relevantes são discutidos. Em resumo, a função de um *squib* é fomentar a pesquisa ou apresentar observações teóricas que são de interesse para a pesquisa.⁴

¹ Segundo o que se apresenta em: <https://www.ucl.ac.uk/pals/research/linguistics/li-squibs>. Nessa página, o leitor pode ainda ter acesso a um depoimento do próprio Ross acerca da etimologia da palavra *squib*.

² De acordo com as orientações que se encontram em: <http://www.mitpressjournals.org/page/sub/ling>.

³ Conforme se lê nas orientações constantes em: <http://www.scielo.br/revistas/delta/iinstruc.htm>.

⁴ As informações deste parágrafo são, em grande parte, baseadas em: <http://www.ledonline.it/snippets/>.

APRESENTAÇÃO

O **Caderno de *Squibs*: Temas em Estudos Formais da Linguagem** foi concebido por estudantes do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), no âmbito do Laboratório de Estudos Formais da Gramática da Universidade de Brasília (LEFOG/UnB). Desde a primeira edição do **Caderno**, alunos e professores vinculados ao PPGL têm colaborado para a divulgação de trabalhos na área de Linguística Formal, organizando *squibs* escritos por autores de instituições nacionais e internacionais. Temos a satisfação de observar que, ao longo desses primeiros anos de existência da revista, nossos esforços resultaram em contribuições ao meio acadêmico e na promoção do diálogo entre pesquisadores de diferentes instituições. Com esta quarta publicação, apresentamos ao público quatro novos *squibs*, procurando dar mais um passo no sentido de enriquecer as discussões em Linguística no Brasil e no exterior.

No primeiro *squib*, denominado “Telicidade e expressões adverbiais durativas no espanhol da Espanha: uma análise a partir do *se* télico”, Adriana Leitão Martins (UFRJ), Jean Carlos da Silva Gomes (UFRJ) e Débora Cristina Paz Paz Lourençoni (UFRJ) tratam de sentenças com valor aspectual télico no espanhol, questionando a hipótese, já apresentada na literatura, de que tais construções seriam incompatíveis com expressões adverbiais durativas. Os autores concluem, após a realização de testes linguísticos, que essas expressões podem, sim, ocorrer em sentenças télicas, mesmo aquelas que apresentam o *se* télico, o que contraria a referida hipótese.

No segundo trabalho, intitulado “Un análisis crítico de la Hipótesis de la Maduración a partir del estudio de la adquisición de la construcción pasiva”, Fernando Carranza (UBA) aborda o fenômeno da aquisição de língua, refletindo criticamente sobre a Hipótese da Maturação. O autor confronta essa hipótese, segundo a qual existiria um processo de amadurecimento dos princípios linguísticos durante o processo de aquisição, com outras propostas de aquisição, discutindo especificamente a aquisição da construção passiva. Diante de argumentos de ordem empírica, o autor conclui que, pelo menos no que se refere a construções passivas, outras propostas de aquisição são preferíveis à Hipótese da Maturação.

No terceiro *squib*, denominado “Revisitando a questão complemento vs. adjunto em verbos de movimento à luz da Nanossintaxe”, Valdilena Rammé (UNILA) discute, sob a perspectiva da Nanossintaxe, a classificação tradicional de sintagmas preposicionados licenciados por verbos de movimento como complementos ou adjuntos. A autora propõe uma forma alternativa de compreender casos imprecisos que envolvem essa distinção entre complementos e adjuntos, por meio da adoção da hipótese de que os módulos sintático e semântico constituem um único módulo computacional.

Por fim, no quarto *squib*, intitulado “A semântica dos adjetivos de grau: uma possível relação com os nomes?”, Kayron Beviláqua (UFPR) realiza uma aproximação entre nomes e

adjetivos, procurando relacionar aos nomes a semântica da gradação proposta para os adjetivos. Nesse sentido, o autor traça um paralelo entre escalas no domínio adjetival e escalas no domínio massivo-contável. Em sua conclusão, o autor apresenta alguns questionamentos que resultam de sua reflexão.

Concluimos esta apresentação com nosso agradecimento a todos aqueles que contribuíram para mais uma publicação do **Caderno de *Squibs***, especialmente os autores dos *squibs* mencionados, por escolherem submeter seus trabalhos à nossa revista, e os pareceristas anônimos, por colaborarem para a qualidade do **Caderno** com suas avaliações. Agradecemos, também, ao Serviço de Gerenciamento de Informação Digital (GID) da Biblioteca Central (BCE) da UnB, pelo apoio aos organizadores.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Conselho Editorial

SUMÁRIO

Telicidade e expressões adverbiais durativas no espanhol da Espanha: uma análise a partir do *se* télico · 1

ADRIANA LEITÃO MARTINS, JEAN CARLOS DA SILVA GOMES & DÉBORA CRISTINA PAZ PAZ LOURENÇONI

Un análisis crítico de la Hipótesis de la Maduración a partir del estudio de la adquisición de la construcción pasiva · 16

FERNANDO CARRANZA

Revisitando a questão complemento vs. adjunto em verbos de movimento à luz da Nanossintaxe · 31

VALDILENA RAMMÉ

A semântica dos adjetivos de grau: uma possível relação com os nomes? · 47

KAYRON BEVILÁQUA

Telicidade e expressões adverbiais durativas no espanhol da Espanha: uma análise a partir do *se* télico

Adriana Leitão Martins*
Jean Carlos da Silva Gomes**
Débora Cristina Paz Paz Lourençoni***

Resumo

Sentenças télicas podem ser definidas como aquelas em que os eventos descritos apresentam um ponto final dado linguisticamente. Uma das formas de realizar telicidade no espanhol é por meio de um *se* télico combinado a um complemento direto determinado. Questionamos a hipótese de que expressões adverbiais durativas são incompatíveis com sentenças télicas, formadas ou não pelo *se* télico, no espanhol da Espanha. Para tanto, utilizamos dois testes linguísticos: um teste de produção semiespontânea e um teste de julgamento de gramaticalidade comentado. Os resultados mostram que a realização de expressões adverbiais durativas em sentenças télicas no espanhol é possível, mesmo em sentenças com a presença do *se* télico. Baseando-nos resultados obtidos, discutimos que telicidade e imperfectividade são compatíveis.

Palavras-chave: aspecto semântico, telicidade, expressão adverbial durativa, espanhol

Abstract

Telic sentences can be described as events with an inherent endpoint that is linguistically determined. One way to express telicity in Spanish is applying a telic *se* combined with a determined direct complement. We hypothesize that durative adverbial expressions are incompatible in telic sentences with or without the telic *se* in Spanish spoken in Spain. To do so, two linguistic tests were used in this regard: a semi-spontaneous production test and a commented grammaticality judgment test. The results show that the production of durative adverbial expressions in telic sentences in Spanish is possible, even in sentences with the telic *se*. Based on the results, we discuss that telicity and imperfectivity are compatible.

Keywords: semantic aspect, telicity, durative adverbial expression, Spanish

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Professora Doutora do Departamento de Linguística e Filologia, do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Mestrado Profissional em Letras, *e-mail*: adrianaleitao@ufrj.br.

** Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Licenciado em Letras: Português-Espanhol. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística, *e-mail*: gomes.jean@outlook.com.

*** Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Licenciada em Letras: Português-Espanhol. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística, *e-mail*: debora.lourenconi@yahook.com.br.

1 Introdução

A categoria Aspecto, em linguística e na concepção que aqui adotamos, refere-se às diferentes maneiras de se enxergar a composição temporal interna de uma situação, podendo ser dividido em aspecto gramatical e aspecto semântico (COMRIE, 1976, p.3). Em relação ao aspecto semântico, Comrie (1976, p. 41-51) discutiu diferentes oposições tendo em vista noções semânticas. O foco deste trabalho é a estabelecida entre telicidade e atelicidade.¹

A distinção entre telicidade e atelicidade baseia-se na concepção de que eventos télicos são aqueles que apresentam um ponto final delimitado linguisticamente, enquanto eventos atélicos são aqueles que não possuem esse ponto final (COMRIE, 1976, p.45; SMITH, 1991, p. 3; BASSO, 2007, p. 216). Essa noção semântica pode ser realizada de diferentes modos nas línguas naturais. No espanhol, uma das formas de expressar a telicidade é por meio de uma partícula *se* combinada a um verbo cujo complemento direto é determinado, como em (1).² Essa partícula é considerada opcional e, por isso, sua ausência não faria com que a sentença perdesse seu valor aspectual télico.³ Vale ressaltar que, para alguns autores, a presença dessa partícula em uma sentença leva à interpretação de que o evento descrito alcançou, necessariamente, o seu ponto final.

(1) Juan *se* comió *un plátano*.

‘João comeu uma banana.’

Segundo De Miguel e Lagunilla (2000) e López (2002), essa partícula *se* indica que o evento descrito na sentença já se completou e, por isso, não seria compatível com expressões encabeçadas pelo advérbio *durante*, chamadas expressões adverbiais durativas. Logo, uma sentença, como a apresentada em (2), seria agramatical para essas autoras (LÓPEZ, 2002, p. 112; DE MIGUEL; LAGUNILLA, 2000, p. 32). Além disso, em relação às sentenças télicas, em geral, independentemente da língua, outros autores, como Declerck (1979), afirmam que

¹ Agradecemos aos pareceristas anônimos que contribuíram para o formato final deste texto, ainda que nem todas as sugestões tenham podido ser contempladas. Qualquer problema que tenha permanecido é de nossa inteira responsabilidade.

² Segundo De Miguel (1999), complementos diretos determinados são aqueles que conferem um limite a um evento, para além do qual esse não possa mais continuar, como aquele conferido pelo complemento *un plátano* no exemplo em (1). Dessa forma, uma sentença que apresente um verbo com um complemento direto não determinado ao qual esteja associado também o *se* télico, como *Juan se comió plátanos*, é considerada agramatical.

³ Tendo em vista que o “*se*” télico é uma partícula opcional no espanhol, não se pode afirmar que seja o único responsável por conferir um limite (um *télos*) para a situação, visto que o complemento que figura em sentença com essa partícula já delimita o evento, trazendo a ele um ponto final inerente. Os contextos semânticos e morfossintáticos que ensejam o uso do “*se*” télico têm sido investigados na literatura (cf. LOURENÇONI; MARTINS, 2016).

tais sentenças não podem conter expressões adverbiais durativas, como especificado no exemplo abaixo.

(2) *María *se* comió una manzana *durante tres minutos*.

‘Maria comeu uma maçã durante três minutos.’

Em razão dessa discussão, o objetivo geral deste trabalho é contribuir para a caracterização da telicidade no tipo de sentença que analisamos. O objetivo específico é investigar a possibilidade de sentenças com valor aspectual télico — formadas ou não pelo *se* télico — conterem expressões adverbiais durativas no espanhol da Espanha (doravante EE) especificamente na variedade de Madri.⁴

Baseados nas assertivas de De Miguel e Lagunilla (2000) e López (2002) sobre a agramaticalidade de sentenças com a partícula *se* marcadora de telicidade e com expressões adverbiais durativas, questionamos a hipótese de que expressões adverbiais durativas são incompatíveis com sentenças com valor aspectual télico no EE. Logo, nossa contribuição assenta-se não somente quanto à compatibilidade entre a partícula *se* marcadora de telicidade e expressões adverbiais durativas no espanhol, como previsto na hipótese deste estudo, mas também para a discussão mais geral sobre a compatibilidade entre telicidade e expressões adverbiais durativas nas línguas naturais, colocando à prova também a proposta encontrada em Declerck (1979).

2 Aspecto e telicidade

Como apresentado na introdução, aspecto é definido como a categoria linguística que se refere às diferentes maneiras de se enxergar a composição temporal interna de uma situação (COMRIE, 1976, p. 3). É considerada uma categoria não dêitica, pois não relaciona os eventos a um ponto de referência e pode ser gramatical ou semântico.

O aspecto gramatical refere-se à noção aspectual veiculada pela morfologia verbal, sendo comumente dividido em perfectivo e imperfectivo (COMRIE, 1976, p. 3). O perfectivo é o ponto de vista a partir do qual a situação é descrita como um todo, sem fazer distinção entre as diversas fases que a compõem, como no exemplo em (3). O imperfectivo, por sua vez, é o ponto de vista a partir do qual a situação é descrita destacando sua composição

⁴ Adotamos neste trabalho a nomenclatura “*se* télico”, com base em De Miguel (1999), embora a literatura adote outras como “*se* aspectual”, “partícula télica”, “clítico aspectual”, “operador aspectual *se*”, etc. Ainda sobre essa partícula, há autores que postulam que ela não pode figurar em sentenças com o aspecto gramatical imperfectivo contínuo, como em *Juan se estaba comiendo un plátano* (LÓPEZ, 2002, p. 112), tampouco pode figurar em sentenças cujos verbos sejam estativos, como em *Juan se odia las acelgas*, ou pontuais, como em *El niño se nació sietemesino* (DE MIGUEL; LAGUNILLA, 2000, p. 24).

interna, ou seja, permitindo a visualização de, pelo menos, uma de suas fases internas, como em (4).⁵

(3) Ana cantou no bar.

(4) Ana cantava no bar.

O aspecto semântico, por outro lado, refere-se a certos traços semânticos inerentes à raiz verbal, aos argumentos e/ou aos adjuntos presentes nas sentenças, independentemente de qualquer marcação morfológica (COMRIE, 1976, p. 41).⁶ Em relação a esse tipo de aspecto, Comrie (1976) estabeleceu diferentes oposições semânticas, sendo telicidade *versus* atelicidade uma delas.

A palavra telicidade vem do termo grego *télos*, que significa objetivo, fim. Segundo Comrie (1976), uma situação télica é aquela que envolve um processo que leva a um ponto final delimitado. Vale destacar que o ponto final pode ser delimitado linguisticamente de diferentes maneiras nas línguas (SLABAKOVA, 2000).⁷ Em algumas línguas, como o português, a delimitação do evento precisa ser feita por meio de constituintes oracionais como adjuntos preposicionados, como em (5), ou complementos diretos determinados, conforme (6) (LORENÇONI & MARTINS, 2016). No búlgaro, por sua vez, utiliza-se um pré-verbo que indica a delimitação do evento, como *na* em (7). Além disso, algumas línguas dispõem de partículas delimitadoras opcionais, como é o caso do *up* no inglês em (8), e do *se* no espanhol, de acordo com (9), que são obrigatoriamente associados a verbos cujos complementos diretos sejam determinados (SLABAKOVA, 2000).

(5) João nadou *até o fim da piscina*.

(6) Maria comeu *uma maçã*.

⁵ O aspecto gramatical é chamado de “ponto de vista” por Smith (1991, p.13). Segundo essa autora, tal nomenclatura revela o fato de esse aspecto atuar como uma lente através da qual uma situação é descrita. Por exemplo, uma situação que se supõe que possua muitas fases internas pode ser descrita tanto como um bloco no tempo, pela perspectiva perfectiva, como em *O imperador reinou por três décadas*, quanto como um intervalo de tempo, pela perspectiva imperfectiva, como destacado em *O imperador estava reinando há duas décadas quando enfrentou a primeira guerra*.

⁶ Também chamado de “aspecto lexical” ou de “tipo de situação” (SMITH, 1991, p.14).

⁷ A delimitação linguística do ponto final abordada aqui, ao tratarmos do fenômeno de telicidade, não diz respeito ao ponto de vista da situação, que pode ser descrito como um ponto no tempo — aspecto gramatical perfectivo — ou como um intervalo de tempo — aspecto gramatical imperfectivo —, como mencionado no início desta seção. A descrição de uma situação segundo um determinado ponto de vista é comumente feita nas línguas por morfologias verbais específicas, diferentemente da descrição linguística do ponto final de uma situação télica, como será apresentado.

- (7) Toj *na*-pis-a tri pisma.
'Ele escreveu três cartas.'
- (8) Claire eat *up* her apple.
'Claire comeu sua maçã.'
- (9) María *se* comió una manzana.
'Maria comeu uma maçã.'⁸

Segundo De Miguel (1999), a noção aspectual de telicidade no espanhol pode ser realizada linguisticamente por meio de (i) complemento direto determinado, como ilustrado em (10); (ii) sintagma preposicional delimitador, como exemplificado em (11); e (iii) *se* télico combinado a um verbo cujo complemento direto é determinado, como já ilustrado em (9).

- (10) María comió *una manzana*.
'Maria comeu uma maçã.'
- (11) *Voy hasta la esquina*.
'Vou até a esquina.'

Segundo Declerck (1979), uma das formas de identificar a noção semântica de telicidade é por meio do teste de *prueba de compatibilidad con advérbios durativos*. De acordo com esse teste, situações télicas são compatíveis com expressões adverbiais pontuais como “em x tempo”, como em (12), e situações atélicas, com expressões adverbiais durativas como “durante x tempo”, conforme o exemplo em (13).

- (12) Juan escribió una carta en 10 minutos.
'João escreveu uma carta em 10 minutos.'
- (13) Juan escribió cartas durante 10 minutos.
'João escreveu cartas durante 10 minutos.'

Com base na comparação entre as expressões adverbiais apresentadas nos exemplos em (12) e (13), é possível perceber uma diferença aspectual na descrição das situações. Pode-se afirmar que a presença de uma expressão adverbial pontual como “em x tempo” em uma sentença parece revelar o ponto de vista de uma situação que enfatiza o seu todo, o que nos

⁸ Os exemplos (7) e (8) foram extraídos de Slabakova (2000, p. 746-747).

remete à perfectividade. No entanto, o uso de uma expressão adverbial durativa como “durante x tempo” em uma sentença parece revelar o ponto de vista de uma situação que ressalta seu caráter em andamento, o que nos remete à imperfectividade.⁹

Segundo Suárez Cepeda (2005) e Lawall (2012), a telicidade refere-se a uma situação cujo ponto final já tenha sido necessariamente alcançado. Dessa forma, para essas autoras, uma situação télica é aquela descrita como um todo já finalizado, o que está relacionado à perfectividade. Assim, segundo essa perspectiva, a telicidade seria incompatível com a imperfectividade.¹⁰

Nessa mesma direção, De Miguel e Lagunilla (2000, p. 32) e López (2002, p. 112) afirmam que o *se* télico do espanhol é incompatível com sentenças que contenham expressões adverbiais durativas. Dessa maneira, para essas autoras, uma sentença como a exemplificada em (2) seria considerada agramatical. Essa incompatibilidade no EE é o que queremos questionar neste trabalho. Além disso, pretende-se também contribuir para a análise da compatibilidade entre telicidade e expressões adverbiais durativas nas línguas naturais, pondo à prova a proposta de Declerck (1979) de que sentenças télicas como um todo são incompatíveis com expressões adverbiais durativas.

A revisão teórica busca destacar o fato de haver na literatura uma discussão sobre a possibilidade ou não de sentenças télicas comportarem também informações que apontem para o desenvolvimento de uma situação. Com isso, buscamos contribuir com a discussão sobre a compatibilidade entre telicidade e imperfectividade, uma vez que assumimos que expressões adverbiais durativas coadunam-se com sentenças descritas sob o ponto de vista imperfectivo, ou seja, aquelas que destacam a fase mais interna da situação.

3 Metodologia

A metodologia deste trabalho consistiu-se da aplicação de dois testes linguísticos a seis falantes nativos de espanhol da cidade de Madri com ensino superior completo ou incompleto e idade entre 18 e 30 anos, a saber: um de produção semiespontânea e um de julgamento de gramaticalidade comentado.¹¹

⁹ Cabe destacar que o exemplo em (13) contém um verbo cujo aspecto gramatical pode ser classificado como perfectivo, em razão da morfologia do verbo. Contudo, a expressão adverbial utilizada na sentença agrega a ela uma ideia de desenvolvimento da situação compatível com a imperfectividade.

¹⁰ Ainda, há outros autores, como Comrie (1976) e Basso (2007), que entendem a telicidade como a presença de um ponto final definido do evento, ou seja, a situação não necessariamente precisa ter alcançado o seu *télos* para ser considerada télica, diferindo-se, assim, da perspectiva assumida por Suárez Cepeda (2005) e Lawall (2012). Então, uma sentença como *María está comiendo una manzana* seria considerada télica para Comrie (1976) e Basso (2007) e atélica para Suarez Cepeda (2005) e Lawall (2012), que considerariam télicas apenas sentenças como *María comió una manzana*.

¹¹ Os testes que compõem a metodologia deste estudo foram aplicados a poucos informantes, o que faz desta pesquisa um estudo piloto, mas que já pode apontar questões relevantes ao fenômeno que estamos analisando.

O primeiro teste, de produção semiespontânea, consistia de 15 imagens, sendo 5 alvo e 10 distratoras, e buscava eliciar a produção de sentenças télicas a partir das imagens alvo e de expressões associadas a essas imagens, que deveriam ser utilizadas obrigatoriamente pelos participantes. Em cada imagem, havia a pergunta *¿Qué ocurrió?*, a foto de uma ação em andamento, a foto da mesma ação terminada e a expressão relacionada às fotos dentro de um retângulo. Esperava-se que os participantes descrevessem o que aconteceu na imagem utilizando obrigatoriamente os termos do retângulo.

O teste foi realizado por meio de videochamada. Os participantes recebiam as imagens uma por vez e produziam as sentenças logo em seguida. As respostas eram dadas oralmente. Todo o teste foi gravado e depois transcrito.

Em relação às imagens alvo, as ações fotografadas tinham sempre um contexto de ingestão de algum alimento e uma expressão adverbial durativa em um retângulo abaixo das fotos, como demonstrado na Figura 1. Segundo Sanz (2000, p. 40), verbos de ingestão, como *comer*, *beber* e *tomar*, favorecem a presença do *se* télico.¹² Nas imagens distratoras, o retângulo continha termos que poderiam se enquadrar ora como sujeito ora como objeto da frase.



Figura 1: Exemplo de imagem alvo do teste de produção semiespontânea.

Antes do início do primeiro teste, não houve a inclusão de nenhuma imagem para que o informante apenas praticasse a tarefa solicitada pelo teste. Porém, nos três primeiros *slides*, foram utilizadas imagens distratoras que, de certa forma, também funcionavam como um

¹² Verbos de ingestão, também chamados de incorporativos, podem ser definidos como verbos cujo significado remete à ideia de que o sujeito toma algo para si mesmo (ARCE ARENALES, 1989 apud LÓPEZ, 2002, p. 111).

treinamento para os participantes, pois, quando eram apresentadas as imagens alvo, já estavam acostumados ao modelo do teste.

Visto que o *se* tónico é uma partícula opcional no espanhol, os participantes poderiam, no primeiro teste, produzi-lo ou não, embora, como já abordado, a literatura assumia que os verbos utilizados no teste, por serem de consumo, favoreçam a presença dessa partícula (SANZ, 2000). Diante disso, desenvolvemos um segundo teste, de julgamento de gramaticalidade comentado, para garantir a possibilidade de se testar também a compatibilidade de expressões adverbiais durativas com sentenças tónicas formadas pelo *se* tónico.

O teste de julgamento de gramaticalidade comentado consistia de 18 sentenças, sendo 6 alvo e 12 distratoras, e buscava avaliar se os participantes julgavam naturais sentenças tónicas com o *se* tónico e uma expressão adverbial durativa. Todas as sentenças alvo continham verbos de ingestão e, dessas sentenças, havia 3 com o *se* tónico e sem a expressão adverbial durativa e 3 com *se* tónico e com a expressão adverbial durativa, como podemos ver nos exemplos em (14) e (15), respectivamente. A tarefa solicitada era que os participantes julgassem as sentenças como naturais ou estranhas. No caso de julgar alguma delas como estranha, era solicitado que eles a modificassem de maneira a torná-la natural. Esse último comando tinha por objetivo entender o julgamento da sentença feito pelo participante. Das sentenças distratoras, que se caracterizavam pela ausência do *se* tónico, de expressões adverbiais e de verbos de ingestão, havia 6 gramaticais e 6 agramaticais.¹³

(14) La enfermera se tomó una copa de vino.

‘A enfermeira tomou uma taça de vinho.’

(15) María se comió tres manzanas durante 30 minutos.

‘A Maria comeu três maçãs durante 30 minutos.’

Os participantes recebiam as sentenças escritas uma a uma por meio do *chat* de uma rede social, sem videochamada, julgavam uma sentença por vez e recebiam uma nova apenas quando julgavam a anteriormente recebida, fazendo as alterações que considerassem necessárias à sua gramaticalidade.¹⁴

¹³ A agramaticalidade apresentada nas sentenças distratoras se dava pela ausência de determinante em nomes singulares na posição de sujeito, como em *Animal mató al hombre*, ou pela ausência de complemento em verbos transitivos diretos, como em *El alumno necesitó*.

¹⁴ Procurou-se formular testes que levassem o informante a uma leitura singular do evento que alcançou ou pode alcançar sua culminância, evitando contextos (no caso do teste de produção semiespontânea) e sentenças (no caso do teste de julgamento de gramaticalidade comentado) que levassem à leitura iterativa do evento (ou seja, uma leitura com repetição regular do evento em determinado período de tempo), por exemplo, extrapolando a leitura proposta.

4 Resultados

Nesta seção, apresentamos os resultados do teste de produção semiespontânea, primeiramente, e, em seguida, do teste de julgamento de gramaticalidade comentado. Em relação à análise dos resultados do primeiro teste, não foram analisadas as sentenças produzidas com verbos estativos e pontuais.¹⁵ No caso de sentenças produzidas com mais de uma oração, analisamos a oração a que estava associada à expressão adverbial durativa. No segundo teste, alguns participantes propuseram mais de uma forma para tornar a sentença natural. Nesse caso, foram contabilizadas todas as formas propostas.

Das 30 sentenças produzidas pelos falantes nas imagens alvo do primeiro teste, aquelas em que os participantes deveriam utilizar obrigatoriamente a expressão adverbial durativa, 54% delas tinham valor aspectual télico — a exemplo de (16) — e 46%, valor aspectual atélico — a exemplo de (17) —, como apresentado no Gráfico 1 a seguir.



Gráfico 1: Sentenças com expressão adverbial durativa no teste de produção.

- (16) Está fumando cigarrillo tranquila, pensativa, durante 5 minutos.
‘Está fumando um cigarro tranquila, pensativa, durante 5 minutos.’
- (17) Estuvo fumando durante 5 minutos.
‘Esteve fumando durante 5 minutos.’

Das sentenças que continham valor aspectual télico, 57% delas foram produzidas com a presença do *se* télico — exemplo em (18) — e 43%, sem a presença dessa partícula — exemplo em (16) acima —, como demonstrado no Gráfico 2.

¹⁵A motivação para essa exclusão está na defesa da ideia de que as sentenças só podem ser classificadas como télicas ou atélicas, segundo Comrie (1976), se os eventos nelas descritos forem dinâmicos e durativos.

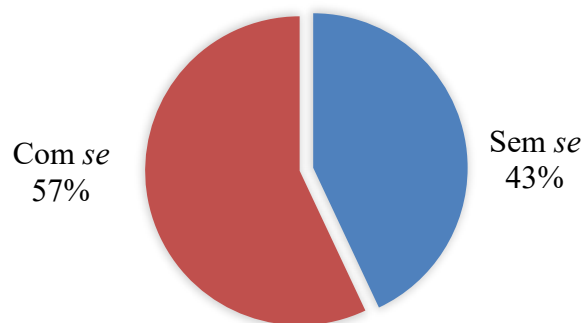


Gráfico 2: Sentenças com valor aspectual télico e com expressão adverbial durativa no teste de produção.

(18) Se fumó un cigarro durante 5 minutos de su descanso de trabajo.

‘Fumou um cigarro durante 5 minutos de seu descanso de trabalho.’

Em relação ao segundo teste, em que os falantes deveriam julgar as sentenças e fazer mudanças quando julgassem necessário, das sentenças alvo que apresentavam o *se* télico e também apresentavam a expressão adverbial durativa, os participantes não realizaram nenhuma mudança em 33% dos casos — exemplo em (19) —, excluíram a expressão adverbial durativa em 19% dos casos — exemplo em (20) — e substituíram a expressão adverbial durativa por uma expressão adverbial pontual como “en x tiempo” em 48% dos casos — exemplo em (21) —, como apresentado no Gráfico 3.

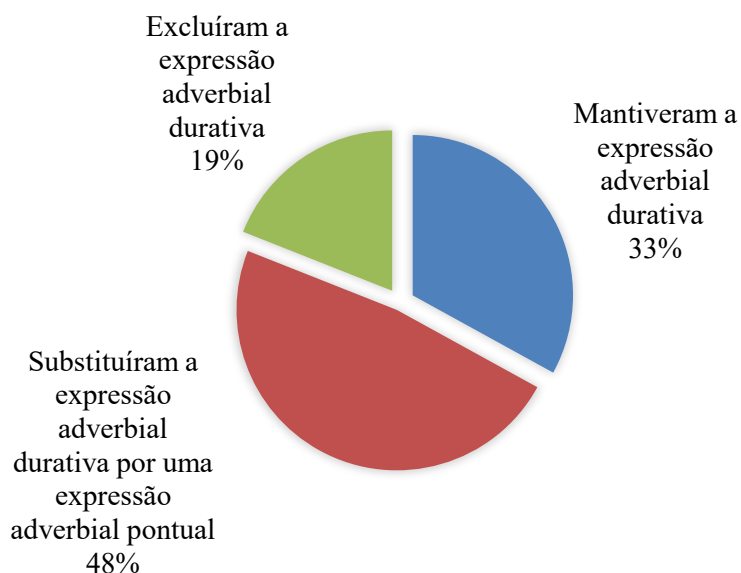


Gráfico 3: Sentenças com *se* e com expressão adverbial durativa no teste de julgamento de gramaticalidade.

(19) María se comió tres manzanas durante 8 minutos.

‘Maria comeu três maçãs durante 8 minutos.’

(20) María se comió tres manzanas.

‘Maria comeu três maçãs.’

(21) María se comió tres manzanas en 8 minutos.

‘Maria comeu três maçãs em 8 minutos.’

As sentenças alvo que tinham o *se* télico e não tinham a expressão adverbial durativa foram analisadas com o objetivo de verificar se haveria inserção de expressão adverbial durativa em alguma delas. Nelas, os participantes não alteraram nada em 44% dos casos — exemplo em (22) —, excluíram o *se* télico em 44% dos casos — exemplo em (23) — e realizaram apenas mudanças lexicais sem excluir o *se* télico em 12% dos casos — exemplo em (24) —, não havendo inserção de expressão adverbial em nenhuma sentença, como exibido no Gráfico 4.

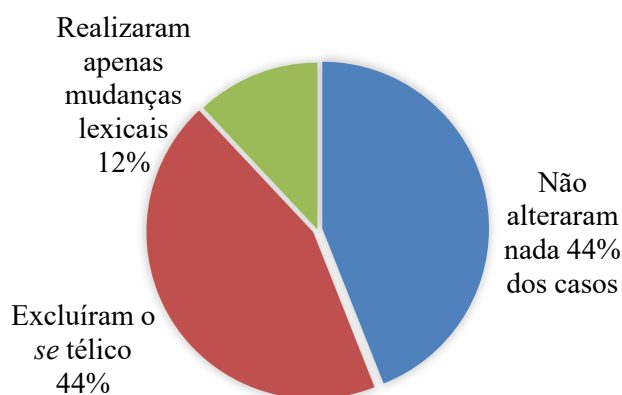


Gráfico 4: Sentenças com *se* e sem expressão adverbial durativa no teste de julgamento de gramaticalidade.

(22) Juan se cenó un plato de comida.

‘João jantou um prato de comida.’

(23) Juan cenó un plato de comida.

‘João jantou um prato de comida.’

(24) Juan se cenó un plato de ensalada.

‘João jantou um prato de salada.’

5 Discussão dos resultados obtidos

Com base na análise dos resultados referentes às sentenças télicas, independentemente de conterem ou não o *se* télico, conforme descrito na seção anterior, concluímos que expressões adverbiais durativas são compatíveis com essas sentenças (Cf. exemplos em (16) e em (18)). Tal compatibilidade parece revelar que as sentenças télicas podem comportar uma expressão adverbial que destaque a situação em andamento, como “durante x tempo”, o que está relacionado à imperfectividade. Sendo assim, essa combinação parece revelar uma compatibilidade entre telicidade e imperfectividade.

Com relação às sentenças télicas com o *se* télico, concluímos que, diferentemente do inicialmente previsto pela literatura (LÓPEZ, 2002, p. 112; DE MIGUEL; LAGUNILLA, 2000, p.32), os resultados do teste de produção semiespontânea revelam que sentenças télicas formadas pelo *se* télico são compatíveis com expressões adverbiais durativas no EE, visto que foram produzidas sentenças dessa natureza. Entretanto, a análise dos resultados referentes a essas sentenças nos dois testes revelou um cenário diferente em cada um deles. Comparando os resultados desses testes, pode-se perceber que a produção do *se* télico em sentenças com expressões adverbiais durativas no teste de produção semiespontânea foi maior que a aceitação das sentenças com essa partícula e com expressões adverbiais durativas no teste de julgamento de gramaticalidade comentado.¹⁶ A partir dessa comparação, fizemos a seguinte discussão, apresentada no parágrafo a seguir.

Com relação às sentenças com o *se* télico e com a expressão adverbial durativa no teste de julgamento de gramaticalidade comentado, merece destaque o fato de ter havido alterações em 67% dessas sentenças. Contudo, cabe esclarecer que todas continham verbos no perfectivo. Assim, tendo em vista que as alterações feitas nessas sentenças foram na direção de retirar a expressão adverbial durativa ou de substituir a expressão adverbial durativa por uma expressão adverbial pontual, interpretamos que as alterações dessas sentenças possam ter se dado em função de o aspecto gramatical dos verbos ser perfectivo e a expressão adverbial durativa ter um caráter imperfectivo e não em função do fato de essas sentenças conterem o *se* télico.¹⁷

¹⁶ Enquanto no teste de produção semiespontânea 57% das sentenças télicas com a expressão adverbial durativa continham também o *se* télico, no teste de julgamento de gramaticalidade comentado, apenas 33% das sentenças com o *se* télico e com a expressão adverbial durativa foram mantidas sem quaisquer alterações.

¹⁷ Basso (2007, p. 225), ao fazer uma análise dessas expressões no português, afirma que um evento télico descrito com aspecto perfectivo associado a uma expressão adverbial durativa, como *João leu o livro por um mês* é detelicizado no sentido de que não se sabe se o *télos* foi efetivamente alcançado. Segundo esse autor, uma expressão adverbial durativa confere um limite ao evento descrito e o fenômeno da detelicização ocorre porque, com a inserção da expressão adverbial durativa na sentença télica, há o excesso de pontos finais. Mais especificamente, a expressão adverbial durativa leva à interpretação de que o ponto final que deve ser considerado é o introduzido pela expressão adverbial e não aquele introduzido pelo complemento direto determinado. Talvez algo semelhante se aplique ao espanhol.

A interpretação acerca da motivação para a alteração das sentenças com o *se* tónico e a expressão adverbial durativa no teste de julgamento de gramaticalidade comentado está ainda ancorada na análise das sentenças produzidas no teste de produção semiespontânea. Uma análise mais acurada dessas sentenças revelou que apenas 32% das sentenças tónicas produzidas com a expressão adverbial durativa continham verbos no perfectivo e tal produção parece ter sido fortemente influenciada pela pergunta *¿Qué ocurrió?*, em que o verbo se encontrava no perfectivo. Logo, essa associação de expressão adverbial durativa a verbos com morfologia perfectiva não parece natural aos participantes.

Outro ponto relevante nos resultados obtidos no teste de julgamento de gramaticalidade comentado é o fato de os participantes terem excluído o *se* tónico em sentenças sem a expressão adverbial durativa, o que não era nossa expectativa. Diante disso, buscamos entender melhor a motivação para tal exclusão. Os verbos utilizados nas três sentenças que compunham as sentenças alvo com o *se* tónico e sem a expressão adverbial durativa foram os verbos de ingestão *cenar* (*jantar*), *desayunar* (*tomar café da manhã*) e *tomar* (*tomar*). Percebemos que nenhum informante retirou o *se* tónico associado ao verbo *tomar*, o que não ocorreu com os outros dois verbos. Isso nos leva a especular que talvez os verbos *cenar* e *desayunar* destaquem menos o carácter de ingestão, diferentemente de *tomar*.¹⁸

6 Considerações finais

Este *squib* tinha por objetivo investigar a possibilidade de sentenças com valor aspectual tónico — formadas ou não pelo *se* tónico — conterem expressões adverbiais durativas no EE. Para tanto, aplicamos um teste de produção semiespontânea e um teste de julgamento de gramaticalidade comentado a seis falantes nativos de Madri.

No primeiro teste, em que o uso da expressão adverbial durativa nas sentenças-alvo era obrigatório, 54% das sentenças produzidas pelos participantes tinha valor aspectual tónico, tendo 57% delas a presença *se* tónico (Cf. o exemplo em (18)). No segundo teste, por sua vez, nas sentenças que tinham o *se* tónico e a expressão adverbial durativa, a maioria dos participantes trocou a expressão adverbial durativa por uma expressão adverbial pontual (48% dos participantes) ou retirou a expressão adverbial durativa (19%), havendo apenas uma parte menor dos informantes (33% dos participantes) que julgou as sentenças tal como apresentadas como naturais (Cf. o exemplo em 19).

Com base nesses resultados, concluímos que a hipótese de que expressões adverbiais durativas são incompatíveis com sentenças com valor aspectual tónico no EE foi refutada. Os resultados demonstram que a utilização dessas expressões é possível mesmo em sentenças

¹⁸ Outra possibilidade de interpretação é a de que o verbo *tomar* seja mais frequente que *cenar* e *desayunar* e que, por isso, haja maior aceitação do *se* tónico associado àquele verbo. Em uma pesquisa no *Google*, confirmamos que há uma maior frequência de ocorrência de *se tomó* do que de *se cenó*/ *se desayunó*.

com a presença do *se* télico, contrariando também a proposta de De Miguel e Lagunilla (2000) e López (2002), que afirmam que o *se* télico é incompatível com expressões adverbiais durativas no espanhol.

Discutimos que a presença de uma expressão adverbial durativa em uma sentença com valor aspectual télico parece atribuir à sentença um ponto de vista imperfectivo, o que talvez demonstre uma compatibilidade entre telicidade e imperfectividade. Logo, a rejeição de sentenças com o *se* télico e expressões adverbiais durativas no teste de julgamento de gramaticalidade comentado não seria reveladora da incompatibilidade entre telicidade e imperfectividade, e sim da incompatibilidade entre o aspecto gramatical do verbo, que estava no perfectivo, e a expressão adverbial durativa, que tinha caráter imperfectivo (Cf. o exemplo em (19)).

Por fim, cabe ainda averiguar se a combinação entre sentenças télicas e expressões adverbiais durativas também é possível em outras variedades do espanhol e em outras línguas naturais, para além do português já estudado por Basso (2007). Além disso, cabe, igualmente, refinar a investigação acerca da natureza dessa combinação, buscando verificar, por exemplo, se a incidência de utilização de expressões adverbiais durativas em sentenças télicas aumenta quando o aspecto gramatical do verbo das sentenças é imperfectivo, o que é compatível, portanto, com o valor aspectual dessas expressões adverbiais.

Referências

- BASSO, R. Telicidade e Detelicização. *Revista Letras*, Curitiba, nº 72, p. 215-232, 2007.
- COMRIE, B. *Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- DECLERCK, R. Aspect and bounded/unbounded (telic/atelic) distinction. *Linguistics*, London, nº 17, p. 761-794, 1979.
- DE MIGUEL, E. El Aspecto Léxico. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Eds.). *Gramática Descriptiva de la lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe, p. 2977-3060, 1999.
- _____. LAGUNILLA, M. F. El operador aspectual SE. *Revista Española de Lingüística*, v. 30, n.1, p. 13-43, 2000.
- LAWALL, R. F. A alternância causativa/incoativa em espanhol como L1 e L2. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem (ReVEL)*, Porto Alegre, v. 10, n. 18, p. 1-27, 2012.
- LÓPEZ, C. *Las construcciones con “se”*. Madrid: Visor Libros, 2002.
- LOURENÇONI, D. C. P. P.; MARTINS, A. L. O traço aspectual de telicidade e suas realizações no português do Brasil e no espanhol do Chile. *SEDA – Revista de Letras da Rural/RJ*. Seropédica/RJ, v.1, n. 2, p. 5-28, 2016.
- SANZ, M. *Events and predication: a new approach to syntactic processing in English and Spanish*. Amsterdam: John Benjamins B. V., 2000.
- SMITH, C. *The Parameter of Aspect*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1991.
- SLABAKOVA, R. L1 transfer revisited: the L2 acquisition of telicity marking in English by Spanish and Bulgarian native speakers. *Linguistics*, v. 38, n. 4, p. 739-770, 2000.
- SUÁREZ CEPEDA, S. Pedro comió la torta vs. Pedro se comió la torta: L2 Acquisition of Spanish

Telic se constructions. *Anuario N° 7 - Fac. de Ciencias Humanas* - UNLPam, p. 277-295, 2005.

Squib recebido em 31 de maio de 2017.

Squib aceito em 12 de dezembro de 2017.

Un análisis crítico de la Hipótesis de la Maduración a partir del estudio de la adquisición de la construcción pasiva

*A critical analysis of the Maturation Hypothesis:
a view from the study of passive construction acquisition*

Fernando Carranza*

Resumen

Existen distintos tipos de teorías para dar cuenta de la adquisición del lenguaje. Entre ellas podemos destacar la propuesta de la Continuidad de Pinker (1984, 1989), la Propuesta de la Discontinuidad de Tomasello (2000) y la Propuesta de la Maduración de Borer y Wexler (1987). En este *squib*, se ponen a prueba estos tres enfoques a la luz del estudio de la adquisición de la construcción pasiva, que, según gran parte de la bibliografía, emerge tardíamente alrededor de los 4 o 5 años. Puede adjudicarse este retraso a al menos tres factores: (i) la complejidad semántico-pragmática de la construcción; (ii) la necesidad de la maduración previa de ciertos principios innatos y (iii) la frecuencia en los estímulos lingüísticos. Si bien (i) y (iii) son compatibles tanto con la teoría de la Continuidad como con la de la Discontinuidad, la Teoría de la Maduración es solamente compatible con (ii). En este trabajo se relevan estudios sobre la adquisición de la pasiva que brindan argumentos en contra de (i) y, especialmente, de (ii) y se demuestra que la Teoría de la Maduración, o bien no es correcta, o bien no ha sabido dar aún una versión convincente. Se concluye que son preferibles las teorías compatibles con (iii), esto es, con las teorías de la Continuidad y de la Discontinuidad.

Palabras clave: adquisición, pasiva, maduración, frequency

Abstract

There are several types of theories that attempt to deal with language acquisition. Among them, we can mention Pinker's Continuity Proposal (1984, 1989), Tomasello's Discontinuity Proposal (2000) and Borer & Wexler's Maturation Proposal (1987). In this squib, these three approaches are tested in relation to the studies regarding the acquisition of passive construction, which, according to a vast part of the literature, emerges late at 4 or 5 year old. At least three factors could be regarded as the cause of this delay: (i) the semantic-pragmatic complexity of the construction; (ii) the necessity of the previous maturation of certain innate principles and (iii) the frequency in the linguistic input. Although (i) and (iii) are compatible with both Continuity and Discontinuity

* Universidad de Buenos Aires, UBA, *e-mail*: fernandocarranza86@gmail.com.

theories, Maturation Theory is only compatible with (ii). In this paper, I review studies on passive acquisition which provide arguments against (i) and, especially, (ii), and I show that the Maturation Theory is not on the right track or, at least, it has not succeeded, at the moment, in providing a convincing proposal. I conclude that the theories preferred are those which are compatible with (iii), that is, with Continuity and Discontinuity theories.

Keywords: acquisition, passive, maturation, frequency

Resumo

A aquisição da linguagem é explicada a partir de diferentes teorias. Entre elas, destacamos a proposta da Continuidade de Pinker (1984, 1989), a Proposta da Descontinuidade de Tomasello (2000) e a Proposta da Maduração de Borer y Wexler (1987). Neste *squib*, estes três enfoques são testados tendo em vista a aquisição da construção passiva, que, segundo uma parte grande da bibliografia sobre o assunto, emerge tardiamente entre os 4 e 5 anos. Este atraso pode se dar por três fatores: (i) a complexidade semântico-pragmática da construção passiva; (ii) a necessidade da maduração prévia de alguns princípios inatos e (iii) a frequência dos estímulos linguísticos. Ainda que (i) e (iii) sejam compatíveis tanto com a teoria da Continuidade como com a da Descontinuidade, a Teoria da Maduração é compatível apenas com o fator em (ii). Neste trabalho, revisamos estudos sobre a aquisição da passiva que aportam argumentos contra (i) e, especialmente, contra (ii), demonstrando que a Teoria da Maduração ou não é correta, ou ainda não traz uma versão que seja a mais apropriada. Concluímos que as teorias mais adequadas são as que levam (iii) em consideração, isto é, relacionadas à Teoria da Continuidade e da Descontinuidade.

Palavras-chave: aquisição, passiva, maturação, frequência

1 Introducción

En la adquisición, no todos los aspectos de la lengua parecen desarrollarse de manera uniforme. Por el contrario, de acuerdo a la tradición bibliográfica, ciertas construcciones emergen más tardíamente que otras.¹ Uno de los retrasos que mayor atención ha acaparado en la bibliografía es el de la pasiva, que, en lenguas como el inglés y el español, según se considera normalmente, surgiría aproximadamente entre los cuatro y los cinco años.²

Una primera explicación para esta tardanza puede radicar en el hecho de que las pasivas son estructuras discursivamente marcadas y que, por ende, esa mayor complejidad es la responsable del retraso en su adquisición. Sin embargo, si este fuera el caso, también se esperaría un retraso en toda la gama de construcciones que comparte con la pasiva (prototípica) un gran número de sus condiciones semántico-pragmáticas, como es el caso de las anticausativas, las potenciales y los honoríficos (SHIBATANI, 1985). Como muestran

¹ En este *squib*, usaremos la palabra *construcción* simplemente para referirnos a determinado tipo de estructura. Si bien adscribimos a que las construcciones son epifenómenos que se dan como resultado de interacción de principios sintácticos (CHOMSKY, 1981 y trabajos posteriores) en lugar de primitivos de la gramática, como lo son para las denominadas Gramáticas de Construcciones (GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001, entre otros), el uso del término a lo largo del trabajo no tendrá mayores consecuencias teóricas.

² Agradezco los enriquecedores comentarios de dos evaluadores anónimos. Como es habitual, asumo total responsabilidad por los errores que hayan permanecido.

Álvarez *et al.* (2013), esta predicción no se cumple, por ejemplo, en relación con la adquisición de estructuras como las de *se* pasivo en español, que también forman parte de esa “familia de construcciones”, y que se registran, sin embargo, en el habla infantil ya desde los 2;1 años.

Una segunda posibilidad se conoce bajo el nombre de Hipótesis de la Maduración. Según esta teoría, si bien los chicos nacen con los principios de la Gramática Universal incorporados, estos no están disponibles desde el estado inicial sino que van madurando a lo largo del tiempo del mismo modo en que maduran otras funciones biológicas como, por ejemplo, las sexuales. Una de las motivaciones más fuertes para esta teoría es de tipo conceptual, ya que tiene que ver, precisamente, con que, si la adquisición del lenguaje se realiza a la manera de estas otras funciones, sería de esperar que estuviera también sujeta a un proceso de maduración.

Una tercera opción consiste en considerar que el retraso en la adquisición de una construcción particular tiene que ver con la frecuencia de aparición de esa construcción en los estímulos lingüísticos que el niño recibe.³ Esta es la perspectiva que defiende explícitamente Tomasello (2000), entre otros. También, se trata de una opción compatible con la hipótesis de la continuidad de Pinker (1984, 1989). Cabe destacar, a su vez, que el escepticismo a la influencia de la frecuencia en el input lingüístico en la adquisición es otra de las motivaciones conceptuales para los seguidores de la Hipótesis de la Maduración.

En este *squib*, vamos a hacer una reflexión crítica de la evolución de la teoría de la maduración, propuesta inicialmente en Borer y Wexler (1987) para dar cuenta de la adquisición tardía de las estructuras pasivas. A partir de un relevamiento de los distintos problemas que atañen a esta hipótesis en sus diferentes versiones demostraremos, por un lado, la debilidad de su fundamentación tanto teórica como empírica. De este modo, concluiremos que, por el momento, la evidencia juega más en favor de teorías compatibles con la influencia de la frecuencia en la adquisición, al menos en lo que respecta a la adquisición de la pasiva.

2 La adquisición: un breve panorama

En este trabajo, consideraremos tres grandes tipos de teorías sobre la adquisición. En primer lugar, para las teorías que sostienen la Hipótesis de la Maduración (BORER; WEXLER, 1987, BABYONISHEV *et al.* 2001, WEXLER, 2004, entre otros), los principios lingüísticos innatos de que se valen los chicos para construir su gramática cambian y maduran a lo largo del desarrollo, de manera tal que no están disponibles desde el primer momento.⁴

³ En este trabajo, nos atendremos tan solo a estas tres opciones tal como se enuncian. No obstante, esto no significa, necesariamente, que en estas tres se agote el abanico total de posibilidades.

⁴ Babyonishev *et al.* (2001, p. 4) reconocen que existe otro tipo de explicación, generalmente asumida por los estudios psicológicos, que también postula que la adquisición del lenguaje está sujeta a un proceso de

En segundo lugar, la Hipótesis de la Discontinuidad sostiene que la gramática infantil y la adulta de niños y adultos son diferentes. Por ejemplo, para Tomasello (2000), que sigue un modelo de gramática basada en el uso, la competencia gramatical infantil es más apegada a los ítems léxicos, mientras que la adulta está más bien basada en esquemas y categorías abstractas. Esta discontinuidad estructural entre ambas gramáticas no significa que no haya un proceso continuo que las ligue. Para este autor, los mecanismos cognitivos y de aprendizaje básicos sí son los mismos a lo largo del desarrollo.

En tercer lugar, la hipótesis de la continuidad defiende que el conocimiento gramatical de los niños es estructuralmente del mismo tipo que el de los adultos, es decir, las reglas y símbolos primitivos de la gramática infantil son de la misma clase que los de la adulta.⁵ Esta postura puede encontrarse, por ejemplo, en Pinker (1984, 1989). De este modo, los principios lingüísticos de que los chicos disponen para construir su gramática no solo son innatos, sino que además son constantes a lo largo de todo el proceso de adquisición.

Una manera de evaluar estas teorías es analizar su capacidad para dar cuenta del hecho de que ciertas construcciones, en este caso la pasiva, emerjan ontogenéticamente más tarde que otras. Al respecto, pueden considerarse distintas opciones. Una primera opción, que es en principio compatible con todas las teorías consideradas, es que la adquisición sigue un patrón de complejidad de modo tal que una construcción semántico-pragmática más compleja tarda más en adquirirse. Como mencionamos en la introducción, existe evidencia para considerar que este factor, o bien no es la explicación correcta, o bien interactúa con las otras posibilidades de un modo no trivial. Una segunda opción, que se remonta a Slobin (1966), es que la construcción pasiva, por caso, acarrea mayor costo computacional y, por lo tanto, tarda más en adquirirse que otras estructuras más sencillas. Remitimos a Lima Junior (2016) y Corrêa *et al.* (2016) y trabajos allí citados para un mayor desarrollo de esta propuesta. Una tercera opción es considerar, en la línea de la Hipótesis de la Maduración, que el dispositivo de adquisición del lenguaje madura. De estas tres opciones consideradas, tan solo la Hipótesis de la Maduración es incompatible con la teoría de la continuidad. Por último, existe la posibilidad de que haya un efecto de frecuencia. Esta opción es compatible con la teoría de la continuidad, es defendida por los seguidores de la discontinuidad que adoptan una gramática basada en el uso y es rechazada enérgicamente por los defensores de la Hipótesis de la Maduración. Es también posible que la frecuencia y las dos primeras opciones puedan interactuar, ya que parece razonable esperar que una construcción cuyas propiedades semántico-pragmáticas sean más complejas involucre una estructura más compleja, y que, por lo tanto, la frecuencia de esa construcción sea menor, puesto que el mayor costo de

maduración, pero que consideran que lo que madura no son principios lingüísticos sino más bien otro tipo de capacidades mentales de índole general, tales como por ejemplo la memoria. Este tipo de versión de una teoría madurativa puede renunciar, por lo tanto, a la asunción del innatismo lingüístico.

⁵ Cabe destacar que esta hipótesis existe tanto en su versión fuerte como en su versión débil. No obstante, a los fines de este trabajo no ahondaremos en esa distinción ni en otras propuestas que asumen continuidad.

procesamiento que conlleva conduce a que solo sea producida cuando el contexto discursivo así lo amerita. De hecho, estos tres aspectos están asociados en la condición de estructura marcada que Haspelmath (1990) impone en su definición de la pasiva, según la cual “the construction is somehow restricted vis-à-vis another unrestricted construction (the active), e.g. less frequent, functionally specialized, not fully productive” (op. cit, p. 27). En este *squib*, no obstante, no desarrollaremos esta posible interacción entre estos tres factores.

3 La hipótesis de la maduración

La primera versión de la hipótesis madurativa fue postulada en el marco del Modelo de Rección y Ligamiento (CHOMSKY, 1981, 1986) por Borer y Wexler (1987) bajo el nombre de *Hipótesis del Déficit de la Cadena-A* (de ahora en más ACDH por sus siglas en inglés). Para estos autores, el chico va construyendo su gramática a partir de los datos relevantes en un punto determinado de su estado madurativo, conocimiento que luego se va reinterpretando a medida que se desarrollan nuevas habilidades. La predicción de este modelo es que no hay influencia de los datos externos en la manera en que los chicos adquieren el lenguaje, puesto que si un niño se encuentra expuesto a una construcción que requiere, para su procesamiento, de un principio que todavía no tiene maduro, este no podrá adquirirla, independientemente de la frecuencia con que la escuche. Los autores defienden que este es el caso de la construcción pasiva, cuya adquisición recién se consolida hacia los cinco años de edad, tal como se desprende de los datos que consideran del inglés y del hebreo. Para explicar estos datos desde una teoría de continuidad, argumentan, debe asumirse que la mayor tardanza de unas estructuras por sobre otras tiene que estar relacionada con un ordenamiento en la frecuencia de estas construcciones en el input que el chico recibe, una posibilidad que los autores rechazan, a pesar de que no realizan un estudio cuantitativo para ello. La ACDH se define entonces del siguiente modo:

(1) ACDH: Los chicos no son capaces de establecer cadenas-A hasta los cinco años.

Esta hipótesis realiza una serie de predicciones. En primer lugar, los niños no serían capaces de producir ni entender pasivas verbales ni construcciones inacusativas hasta los cinco años. En segundo lugar, los chicos interpretarían todos los verbos intransitivos que oyeran como verbos inergativos. En tercer lugar, los niños interpretarían todas las pasivas verbales que oyeran como pasivas adjetivales. En cuarto lugar, la frecuencia con que estas construcciones aparezcan en el input no influiría en su adquisición. En quinto lugar, dado que (1) es una hipótesis universal, el retraso en la adquisición de estas construcciones debería ser válido y aplicar del mismo modo para todas las lenguas. Los datos, según los autores, confirman todas estas predicciones.

Varios factores determinan que la formulación de (1) no pueda sobrevivir al paso del modelo de Rección y Ligamiento al Programa Minimalista (CHOMSKY, 1993, 1995 y trabajos subsecuentes). Como ilustración, basta con mencionar al respecto tan solo la adopción de la hipótesis del SV escindido, que constituye actualmente un estándar del marco teórico. Según esta hipótesis, en la estructura sintáctica existe un núcleo funcional *v* que se diferencia de *V* y en cuyo especificador se generan originalmente los sujetos lógicos. De este modo, los sujetos de verbos inergativos y transitivos ya no se generan en el especificador de *T* directamente como ocurría en Rección y Ligamiento sino que llegan a esa posición a partir de movimiento-A desde el especificador de *v*. En consecuencia, de conservarse en el Programa Minimalista una definición como la de (1), los chicos no podrían producir ni comprender estos sujetos hasta los cinco años.⁶ De este modo, se perdería el contraste que los autores pretendían reflejar entre los sujetos de los inergativos y transitivos por un lado y los intransitivos y pasivos por el otro.

Babyonyshev *et al.* (2001) retoman entonces la teoría de Borer y Wexler (1987) y la reformulan para el Programa Minimalista bajo el nombre de *Hipótesis de Requerimiento del Argumento Externo* (EARH por sus siglas en inglés) de la siguiente forma:

(2) EARH: Los chicos toman las estructuras con *v* defectivo como agramaticales.

Esta hipótesis predice dentro del marco del Programa Minimalista, al igual que su predecesora en el Modelo de Rección y Ligamiento, el retraso en la adquisición de la construcción pasiva y de los verbos inacusativos en contraste con la temprana adquisición de los inergativos y transitivos. Además, también predice un retraso en la adquisición de los verbos de ascenso, puesto que esos contienen un *v* defectivo. Sin embargo, véase el siguiente contraste:

- (3) a. Juan parece tener hambre.
b. Parece que Juan tiene hambre.

Tanto en (3a) como en (3b), el verbo *parecer* tiene un *v* defectivo. La diferencia entre uno y otro caso radica en que en (3a) hay un ascenso del sintagma determinante *Juan*,

⁶ Un evaluador anónimo nota que existe evidencia de que el orden de palabras básico de cada lengua se encuentra entre los primeros parámetros que se fijan en el proceso de adquisición. Esto, según razona el evaluador, puede indicar que los movimientos de constituyentes relacionados al orden de palabras pueden ser de una naturaleza diferente a otros movimientos contemplados por la teoría. En nuestra opinión, quizás esto permita discutir si el orden de palabras se da por movimiento como en una teoría que asuma el axioma de correspondencia lineal (KAYNE, 1994), por una que divorcie las reglas de linearización de la noción estructural de mando-c asimétrico, o, incluso, por una teoría que base el orden de palabras en términos funcionales, como la propuesta de constituyentes inmediatos tempranos de Hawkins (1994). Si bien esta línea de trabajo nos parece sumamente interesante, no será posible explorarla aquí por razones de espacio.

mientras que en (3b) este permanece dentro de la cláusula subordinada. Según la ACDH, solo la adquisición de los casos como (3a) debería verse retrasada, puesto que en ellos hay movimiento-A, algo que no ocurre en (3b).⁷ Según la EARH, en cambio, ambas estructuras deberían ser tomadas como agramaticales por los chicos hasta los cinco años porque en ambas hay un *v* defectivo. Sin embargo, como demuestran Hirsch y Wexler (2007), si bien los chicos presentan un retraso en la adquisición de estructuras como (3a), no tienen problemas con estructuras defectivas como la de (3b), en las que no hay ascenso involucrado.

Fundamentalmente a raíz del problema que presenta el contraste de (3), Wexler (2004) abandona la EARH y propone una nueva versión de una teoría madurativa para explicar el retraso en la estructura de las construcciones pasivas e inacusativas. Su nueva propuesta recibe esta vez el nombre de *Requerimiento Universal de Fase* (UPR por sus siglas en inglés) y se formula de la siguiente forma:⁸

(4) En la gramática infantil, *v* actúa como fase independientemente de si es defectiva o no.

Dado que la definición de (4) hace uso de la noción de fase, es necesario establecer qué clase de Condición de Impenetrabilidad de Fase se asume. Puntualmente, Wexler (2004) adopta la versión fuerte que se explicita en (5).

(5) Condición de impenetrabilidad de las fases: Cuando se opera sobre una fase, solo se puede tener acceso hacia abajo en la estructura hasta el filo de la próxima fase, es decir, hasta el especificador y el núcleo de fase. En particular, no se puede acceder al complemento del núcleo de fase.

La UPR predice, al igual que las dos teorías anteriores, que los chicos tendrán un retraso en la adquisición de las construcciones inacusativas y las pasivas verbales pero no en la adquisición de los verbos inergativos ni de las pasivas adjetivales. Además, la UPR predice efectivamente que los chicos tendrán un retraso con las estructuras de ascenso de (3a), pero no con las de (3b), como había sido observado experimentalmente por Hirsch y Wexler (2007). En el primer caso, dado que el verbo *parecer* tiene un *v* defectivo, este es considerado por los chicos como una fase y por lo tanto no se puede reconstruir la cadena-A entre la copia alta y la copia interna a la cláusula subordinada de infinitivo de *Juan*. En el segundo, en cambio, *Juan* recibe caso nominativo en la oración subordinada. De este modo, no se establece ninguna cadena-A que atraviese el *v* defectivo y, por lo tanto, los chicos no tienen

⁷ A fin de evitar la anacronía, cuando se trata de la ACDH, evaluamos la ausencia de movimiento-A a partir de cómo se concebía la estructura sintáctica básica durante el modelo de Rección y Ligamiento.

⁸ Las fases son ciclos de computación en que se encuentra dividida una derivación y que constituyen dominios que son enviados a las interfaces de forma autónoma. Estos ciclos se encuentran delimitados por los llamados “núcleos de fase”, típicamente C y *v*. Para más discusión sobre el concepto de fase remitimos a Chomsky (2001, 2008), Gallego (2010), Citko (2014), entre otros.

problema en interpretar estas oraciones como gramaticales.

Los ejemplos de (3) permiten demostrar la mayor adecuación del UPR por sobre la EARH. Para evaluar la mayor adecuación del UPR frente a la ACDH, Wexler (2004) acude a la diferenciación entre sujetos pre y posverbiales.⁹ Según este autor, aquella hipótesis predecía que los chicos no deberían tener dificultad en interpretar las pasivas con sujeto posverbal, puesto que en ellas no se forma ninguna cadena-A.¹⁰ El español, al poseer ambos tipos de sujetos, resulta una lengua idónea para testear esta hipótesis. Pierce (1992) demuestra experimentalmente que esta predicción de la ACDH no se cumple, ya que los chicos que adquieren el español no solo no presentan mayor dificultad en comprender los sujetos preverbiales que los posverbiales, sino que, al contrario, se da la situación inversa. La UPR, en cambio, sí predice que ambos casos implican dificultad.¹¹ En los sujetos preverbiales, no podría establecerse una cadena-A porque el *v* defectivo, interpretado por los chicos como una fase, no permite el movimiento. En los sujetos posverbiales, por su parte, el problema radicaría en que la condición de impenetrabilidad de las fases no deja a T chequear vía AGREE el caso nominativo del argumento interno, puesto que este está adentro de una fase.¹² Cabe, sin embargo, aclarar que este argumento cae si se asume un sistema como el de Bošković (2007), según el cual las fases (y por ende la condición de impenetrabilidad de las fases) afecta a la operación MOVE (técnicamente, a la copia o ensamble interno), pero no a la operación AGREE. Bajo esta formulación particular, el UPR haría las mismas predicciones que Wexler adjudica a la ACDH en relación con los sujetos pre y posverbiales.

Estos argumentos llevan a Wexler (2004) a concluir que UPR es preferible tanto a la ACDH como a su sucedáneo, la EARH. En lo que sigue, nos concentraremos entonces en evaluar exclusivamente el UPR. Puntualmente, consideraremos dos problemas para esta teoría que conciernen a dos de sus predicciones: a) la predicción de que las interrogativas pasivas e inacusativas se adquieren considerablemente temprano en relación con sus versiones afirmativas; b) la predicción de que la adquisición debe darse con el mismo orden y en los mismos tiempos en todas las lenguas.

⁹ Wexler no traza una distinción entre distintos tipos de sujetos posverbiales, tales como la que establece Belletti (1988) entre los sujetos invertidos o los que se obtienen mediante inversión estilística.

¹⁰ En realidad, no es tan claro que este deba ser el caso necesariamente durante el modelo de Rección y Ligamiento. Si bien ese sería el caso para Jaeggli (1986), para quien los sujetos posverbiales recibían caso nominativo dentro del VP (una propuesta que resulta difícil de conciliar con el hecho de que T asigne nominativo por rección), o para Belletti (1988), para quien los sujetos invertidos recibían caso partitivo. No lo sería tampoco para Burzio (1986), para quien los sujetos posverbiales formaban una cadena de no movimiento con un pronombre nulo en el especificador de T a la manera de Rizzi (1982).

¹¹ A nuestro entender, la UPR no predice que los sujetos posverbiales deberían acarrear mayor dificultad, algo en lo que Wexler (2007) no se detiene. Creemos, no obstante, que es plausible atribuir esta diferencia al carácter menos marcado de los sujetos preverbiales.

¹² AGREE (CHOMSKY, 2000, 2001 y trabajos posteriores) es una operación sintáctica en la que una sonda S que posee rasgos semánticamente no interpretables del tipo α busca en su dominio de mando-c una meta M con rasgos interpretables del mismo tipo α y chequea/valúa los rasgos de S contra los de M.

4 Algunos problemas para la hipótesis del requerimiento universal de fase

4.1 La formación de interrogativas en estructuras pasivas e inacusativas

Un primer problema con la propuesta del UPR radica en la predicción que hace en relación con el movimiento A'. Según esta teoría, los chicos no tienen problema en mover una frase interrogativa al filo de una fase con motivo de que esta esté disponible para seguir ascendiendo en la estructura hasta satisfacer su rasgo interrogativo. De este modo, si bien los chicos interpretan que los ν defectivos son fases, si el argumento interno de la construcción pasiva o inacusativa tuviera un rasgo interrogativo, según esta teoría los chicos deberían ser capaces de ensamblarlo en el especificador de ν (para lo cual, en la implementación que asume Wexler, se necesitaría un rasgo EPP que lo atraiga a esa posición). Desde esa posición, el argumento interno no tendría problema en recibir Caso nominativo de T (ya sea mediante AGREE a distancia, ya sea moviéndose al especificador de T, que es la opción que asume Wexler), dado que, según la condición de impenetrabilidad de las fases, el filo de la fase es visible para la fase siguiente. De este modo, bajo esta teoría, los chicos hasta los cinco años tendrían problemas para procesar construcciones pasivas o inacusativas afirmativas porque no serían capaces de asignarle nominativo al argumento interno por estar dentro de una fase pero no tendrían ningún problema en procesar pasivas o inacusativas en las que se interroga por el argumento interno, ya que este, al subir por motivos independientes al filo de la fase, es visible para la operación de AGREE.

Intuitivamente, la predicción de que los chicos de menos de cinco años no pueden producir pasivas afirmativas pero sí pueden producir pasivas de sujeto interrogativo parece poco plausible. De hecho, Driva & Terzi (2007) demuestran mediante un experimento realizado a niños que están adquiriendo griego que los chicos, incluso a una edad en la que ya dominan las preguntas parciales, no muestran una diferencia estadísticamente significativa entre las pasivas afirmativas y las de sujeto interrogativo. Para que el UPR pueda dar cuenta de que, si las estructuras pasivas son tardías, las interrogativas lo son en la misma medida, debe recurrir a una explicación independiente de por qué los chicos no producen pasivas interrogativas. Wexler (2004) apela para ello a una restricción al movimiento impropio, ya que al ser ν una fase en la gramática infantil, para realizar una pasiva interrogativa, los chicos deberían realizar movimiento-A' al especificador de ν motivado o bien por el rasgo interrogativo del argumento interno o bien por un rasgo EPP en ν , seguido de movimiento-A al especificador de T para satisfacer el rasgo EPP de T. Según Wexler (2004) reconoce, la opción más simple, sin embargo, sería que no hubiese tal restricción.

Además, Crain *et al.* (2009) elicitan pasivas interrogativas a chicos de entre 3;2 y 5 años mediante un experimento en el que el niño debe ayudar a un experimentador a enseñar inglés a otro experimentador. Para ello, se construye una escena con juguetes — por ejemplo,

una escena en la que un autobús choca a un auto — y se le indica al niño mediante una estructura con truncamiento (*sluicing*) — por ejemplo, *You ask Keiko wích car is-being crashed-by-the-bus* — qué es lo que tiene que preguntarle al otro experimentador. Lo interesante de este experimento es que, no solo se logró con él elicitación pasivas interrogativas, sino que también algunos chicos produjeron pasivas afirmativas como *Point to the car that's being crashed by the helicopter* (Señalá el auto que está siendo chocado por el helicóptero) o *He was eaten by that ice cream* (Fue comido por el helado).¹³ Esto no solo, una vez más, constituye un problema para el UPR, sino que además pone en cuestión el retraso mismo de la adquisición de la pasiva.

4.2 El *timing* de la adquisición de las pasivas: el panorama interlingüístico

Un segundo problema con la hipótesis de la maduración en todas sus versiones es que asume que la adquisición de la pasiva debe darse en todas las lenguas del mismo modo, en el mismo orden y de manera relativamente sincronizada. Ateniéndonos exclusivamente al UPR, la adquisición de las estructuras pasivas, inacusativas y de ascenso debe darse aproximadamente a la misma edad en todas las lenguas. Borer y Wexler (1987) citan evidencia de que este es el caso para el inglés y el hebreo. Sin embargo, existen datos de que en otras lenguas la construcción pasiva se adquiere mucho más tempranamente. Un ejemplo de esta clase de estudios puede encontrarse en Allen y Crago (1996), artículo en que se discute la universalidad del retraso en la adquisición de la pasiva a partir de evidencia del inuktitut.

El inuktitut es una lengua hablada por la comunidad Inuit en Canadá. Pertenece a la familia esquimo aleutiana y presenta las características de ser morfológicamente ergativo-absolutiva y fuertemente polisintética. En relación con la pasiva, el inuktitut posee tres tipos: pasivas verbales (6b), pasivas adjetivales (6c) y pasivas habituales (6d).

(6) a. **Oración activa**

Jaaniup iqaluk nirijanga.

Jaani-up iqaluk-Ø niri-janga

Juan-ERG.SG pescado-ABS-SG comer-PAR.3SS.3SO

‘Juan está comiendo/comió pescado.’

b. **Pasiva verbal**

Iqaluk Jaanimut nirijaujuq.

Iqaluk-Ø Jaani-mut niri-jau-juq

¹³ Cabe mencionar que en este experimento no se discute ni se estaba testeando la diferencia entre pasivas interrogativas y afirmativas sino tan solo la posibilidad de producir pasivas.

pescado-ABS.SG Juan-ALL.SG comer-PASS-PAR.3SS

‘El pescado fue comido por Juan.’

c. **Pasiva adjetival**

Igalaaq salummasarsimajuq (*Jaanimut).

Igalaaq-Ø salummasaq-sima-juq

Ventana-ABS.SG limpiar-PREF-PAR.3ss.

‘La ventana está limpia (*por Juan).’

d. **Pasiva habitual**

Saimurtausuunguvuq.

Saimuq-jau-suuq-u-vuq

dar.manos-PASS-HAB-ser-IND.3ss

‘Él/Ella es habitualmente saludada (por la gente).’

(ALLEN; CRAGO, 1996, p. 132-133)

Lo que Allen y Crago (1996) encuentran mediante la recolección y el posterior análisis de corpus de cuatro aprendientes de inuktitut de 2 años a 2 años y nueve meses de edad es que los niños que adquieren inuktitut producen gran cantidad de estructuras pasivas de los dos primeros tipos ya desde los dos años. Además, a diferencia de lo que se documenta para el caso del inglés, lengua en que los chicos tienen un mayor retraso en la adquisición de las pasivas de verbos de experimentante que de verbos de acción (ver por ejemplo PINKER *et al.*, 1987 entre otros). En inuktitut se encuentran muy tempranamente no solo pasivas de verbos de acción sino también de verbos de experimentante.

Otra fuente de evidencia es el sesotho, una lengua que se habla en Lesotho, Sudáfrica, y que pertenece, como el swahili y el zulu, a la familia de las lenguas bantúes. Según analiza Demuth (1989), el sesotho, una lengua *pro drop* con orden SVO, posee pasivas verbales y pasivas impersonales y carece de pasivas adjetivales, por lo que no es posible argumentar, como se puede hacer en inglés, que las primeras pasivas que aparecen sean en realidad adjetivales. A partir de la compilación y el estudio de alrededor de 84 horas de grabación de chicos adquiriendo sesotho, la autora encuentra que a los dos años y siete meses ya aparecen las primeras pasivas, entre los dos años y ocho meses y los tres años y dos meses las pasivas aparecen cada vez más frecuentemente y se producen las primeras pasivas impersonales y, finalmente, hacia los tres años y nueve meses las pasivas verbales ya representan un gran porcentaje del total de emisiones.

Los datos del inuktitut y del sesotho, a los cuales pueden agregarse otras lenguas más como el zulu (SUZMAN, 1985) y el quiché maya (PYE & POZ, 1988), plantean un gran

desafío para la hipótesis de la maduración, ya que atentan contra la expectativa de que la construcción pasiva debería adquirirse en el mismo rango de edad en todas las lenguas. Cabe destacar que, según estos trabajos, tanto en el inuktitut como en el sesotho, la pasiva es frecuente en el habla adulta, dando de esta manera apoyo a las teorías compatibles con que la frecuencia sea un factor relevante en la adquisición. Debe notarse, sin embargo, que, como observa un evaluador anónimo, existen resultados experimentales que muestran que las pasivas pueden ser producidas también precozmente en lenguas para las que se asume normalmente un retraso en su adquisición. Tal es el caso del inglés según, por ejemplo, los experimentos de elicitación de Crain *et al.* (2009) y los experimentos con *priming* de Messenger *et al.* (2012). Estos últimos fueron adaptados también para el portugués, tal como se describe en Corrêa *et al.* (2016), obteniendo resultados similares. Rubin (2009) ha demostrado asimismo que para esa lengua, si bien existe un retraso en la pasiva en términos generales, este retraso no se da necesariamente en todos los individuos, por lo que la hipótesis del retraso universal parece demasiado fuerte. Más evidencia de la adquisición temprana de la pasiva en relación con el portugués europeo puede encontrarse en Estrela (2013).

Cabe agregar que, además, en contra de lo que predice la Hipótesis de la Maduración, también hay pruebas que contradicen que las estructuras inacusativas sean tardías. Puede encontrarse un relevamiento de experimentos al respecto en portugués y hebreo en Costa y Friedmann (2012).

5 Conclusiones

En este *squib*, hemos reseñado sucintamente tres propuestas para dar cuenta de la adquisición: (i) una gramática basada en el uso que postula una discontinuidad de la gramática infantil en relación con la gramática adulta, (ii) una teoría innatista que postula la existencia de una continuidad entre ambas etapas y (iii) un conjunto de teorías que sostienen que existe un proceso de maduración de los principios lingüísticos a lo largo de la adquisición del lenguaje.

Hemos llevado a cabo una reflexión crítica de la evolución de la Hipótesis de la Maduración para dar cuenta de la adquisición tardía de la construcción pasiva. Según nuestro relevamiento, esta hipótesis se halla sostenida principalmente por argumentos conceptuales: el de la equiparación del lenguaje a otras funciones biológicas y, por ende, la expectativa de que si otras funciones biológicas maduran, el lenguaje también ha de hacerlo; el escepticismo respecto de que la frecuencia juegue un papel en la adquisición.

En relación con los argumentos empíricos, hemos recogido una serie de problemas que atañen tanto a algunas de las versiones de esta teoría en particular (el contraste entre sujetos pre y posverbales, el contraste entre sujetos con ascenso y sujetos sin ascenso en casos de verbos de ascenso y la predicción en relación con las pasivas con sujeto interrogativo), como a todas ellas (que existen lenguas en las que hay pruebas de que la pasiva se adquiere

precozmente, que tampoco parece ser cierto que todos los individuos la adquieran tardíamente en las lenguas en las que se asume que eso ocurre y que algunos estudios ponen en cuestión el mismo hecho de que la pasiva sea realmente una estructura tardía).

Ninguno de estos problemas que afectan a la teoría madurativa afectan a las teorías de la continuidad o de la discontinuidad presentadas, ya que ambas teorías presentan mayor flexibilidad a la hora de estimar en qué momento del desarrollo lingüístico se adquiere tal o cual construcción. Por esta razón, concluimos que estas teorías son preferibles a la Teoría de la Maduración, al menos en lo que respecta a la pasiva. Si tal es el caso esperamos que lo mismo ocurra para todo tipo de construcciones, una predicción cuyo chequeo excede los objetivos de este *squib*.

Referencias

- ALLEN, Shanley; CRAGO, Martha. Early passives acquisition in Inuktitut. *Journal of Child Language*, n. 23, 1996. p. 129-155.
- ÁLVAREZ, Adriana; MONTESERRIN, Anabel; SAADE, Andrea. *Se pasivo y otros usos de se en la adquisición del español como lengua materna: un estudio preliminar*. En: AVELLANA, Alicia; BRANDANI, Lucía (coords). *La adquisición del lenguaje y la enseñanza de segunda lenguas*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2013. p. 39-52.
- BABYONYSHEV, Maria; GANGER, Jennifer; PESETSKY, David; WEXLER, Kenneth. The maturation of grammatical principles: Evidence from Russian Unaccusatives. *Linguistic Inquiry*, v. 32, n. 1, 2001. p. 1-44.
- BELLETTI, Adriana. The case of unaccusatives. *Linguistic Inquiry*. v. 19, n. 1, 1988. p. 1-34.
- BORER, Hagit; WEXLER, Kenneth. The Maturation of Syntax. En: ROEPER, Thomas; WILLIAMS, Edwin (eds). *Parameter Setting*. Dordrecht: Reidel, 1987. p. 123-172.
- BOŠKOVIĆ, Željko. On the locality and motivation of Move and Agree: An even more minimal theory. *Linguistic Inquiry*, v. 38, n. 4, 2007. p. 589-644.
- BURZIO, Luigi. *Italian Syntax: A Government-Binding Approach*. Dordrecht: Reidel, 1986.
- CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, Noam. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger, 1986.
- CHOMSKY, Noam. A Minimalist Program for Linguistic Theory. En: HALE, Kenneth; KEYSER, Samuel. J. (Eds.), *The View from Building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993.
- CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge/Massachusetts: MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, Noam. Minimalist Inquiries: The framework. In MARTIN, Roger; MICHAELS, David; URIAGEREKA, Juan (eds.). *Step by step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge/Massachusetts: The MIT Press, 2000. p. 81-155.
- CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, Michael (Ed.). *Ken Hale: A life in Language*. Cambridge/Massachusetts: The MIT Press, 2001. p. 1-52.
- CHOMSKY, Noam. On phases. En: FREIDIN, Roberto; OTERO, Carlos Peregrín; ZUBIZARRETA, María Luisa (eds), *Foundational Issues in Linguistic Theory. Essays in Honor of Jean-Roger Vergnaud*, Cambridge, Massachusetts: The MIT press, 2008. p. 291–321.
- CITKO, Barbara. *Phase Theory*. New York: Cambridge University Press, 2014.

- CORRÊA, Letícia M. Sicuro; LIMA JÚNIOR, João C. de; AUGUSTO, Marina R. A. A aquisição da linguagem por meio de processamento de informação das interfaces: sobre o processo de aquisição de passivas. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 20, n. 38, 2016. p. 306-336.
- COSTA, João; FRIEDMANN, Naama. Children Acquire Unaccusatives and A-Movement Very Early. En: EVERAERT, Martin; MARELJ, Marijana; SILONI, Tal (Eds.) *The Theta System: Argument Structure at the Interface*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 354-378.
- CRAIN, Stephen; THORNTON, Rosalind; MURASUGI, Keiko. Capturing the evasive passive. *Language acquisition*, v. 16, 2009. p. 123-133.
- CROFT, William. *Radical Construction grammar: Syntactic Theory in typological perspective*, Oxford: Oxford University Press, 2001.
- DEMUTH, Katherine. Maturation and the acquisition of the Sesotho passive. *Language*, v. 65, 1989. p. 56-80.
- DRIVA, Evangelina; TERZI, Arhonto. Children's passives and the theory of grammar. En: GAVARRÓ, Anna; FREITAS, Maria João (Eds.), *Generative approaches to language acquisition*. Cambridge: Cambridge Scholar Publishers, 2007. p. 189-200.
- ESTRELA, Antónia Pimentel. *A Aquisição da Estrutura Passiva em Português Europeu*. Tesis de doctorado. Universidade Nova de Lisboa, 2013.
- GALLEGO, Ángel J. *Phase theory*. John Benjamins Publishing, 2010.
- GOLDBERG, Adele. *Constructions: A construction approach to argument structure*, Chicago: the University of Chicago Press, 1995.
- _____. *Constructions at work. The nature of generalization in language*, Oxford: Oxford University Press, 2006.
- HASPELMATH, Martin. The grammaticization of passive morphology. *Studies in Language*, v. 14-1, 1990. p. 25-72.
- HAWKINS, John. *A performance theory of word and constituency*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- HIRSCH, Christopher; WEXLER, Kenneth. The late acquisition of raising: What children seem to think about seem. En: DUBINSKY, Stanley; DAVIES, William (eds.). *New horizons in the analysis of control and raising*. New York: Springer, 2007.
- JAEGGLI, Osvaldo. Passive. *Linguistic Inquiry*, v. 17, n. 4, 1986. p. 587-622.
- KAYNE, Richard. *The Antisymmetry of Syntax*. Massachusetts: MIT Press, 1994.
- LIMA JÚNIOR, João C. *A aquisição e o desenvolvimento de sentenças passivas: uma investigação experimental com infantes, crianças e adultos*. Tesis de Doctorado. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2016.
- MESSENGER, Katherine; BRANIGAN, Holly P; MCLEAN, Janet F.; SORACE, Antonella. Is young children's passive syntax semantically constrained? Evidence from syntactic priming. *Journal of Memory and Language*, v. 66(4), 2012. p. 568-587.
- PIERCE, Amy. The acquisition of passives in Spanish and the question of A-chain maturation. *Language Acquisition*, v. 2, n. 1, 1992. p. 55-81.
- PINKER, Steven. *Language learnability and language development*. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1984.
- PINKER, Steven; LEBEAUX, David; FROST, Loren. Productivity and constraint in the acquisition of the passive. *Cognition*, n. 26, 1987. p. 195-267.
- PINKER, Steven. *Learnability and cognition: The acquisition of verb-argument structure*. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1989.
- PYE, Clifton; QUIXTAN POZ, Pedro. Precocious passives and antipassives in Quiche Mayan. *Papers and Reports on Child Language Development*, n. 27, 1988. p. 71-80.

RIZZI, Luigi. *Issues in Italian syntax*. Foris: Dordrecht, 1982.

RUBIN, M. C. B. P. The passive in 3- and 4-year-olds. *Journal of Psycholinguistic Research*, v. 38, n. 5, 2009. p. 435-446.

SHIBATANI, Masayoshi. Passives and related constructions: a prototype analysis. *Language*, v. 61, n. 4, 1985. p. 821-848.

SLOBIN, Dan. Grammatical transformations and sentence comprehension in childhood and adulthood. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, v. 5, 1966. p. 219-227.

SUZMAN, Susan. Learning the passive in Zulu. *Papers and Reports on Child Language Development*, n. 24, 1985. p. 131-137.

TOMASELLO, Michael. Do young children have adult syntactic competence. *Cognition*, n. 74, 2000. p. 209-253.

WEXLER, Kenneth. Theory of Phasal Development: Perfection in child grammar. *MIT Working Papers in Linguistics*, n. 48, 2004. p. 159-209.

Squib recebido em 8 de abril de 2017.
Squib aceito em 26 de janeiro de 2018.

Revisitando a questão complemento vs. adjunto em verbos de movimento à luz da Nanossintaxe

Valdilena Rammé*

Resumo

Este *squib* retoma a discussão sobre as classificações complemento *versus* adjunto que são tradicionalmente conferidas aos argumentos de verbos de movimento. Proporei que os casos dúbios ou imprecisos encontrados nos dados podem ser mais bem compreendidos à luz de análises mais finas levadas a cabo pelos recentes trabalhos da área da Nanossintaxe. Entre as novas propostas dessa teoria, uma será central para a análise aqui apresentada: a hipótese de que os módulos sintático e semântico constituem um único módulo computacional, sujeito aos mesmos princípios e regras. Tal posicionamento nos forçará a buscar uma resposta para este problema clássico, que considera tanto questões de ordem sintática, quanto semântica. Verificaremos, assim, que uma conciliação entre um tratamento sintático e um tratamento semântico pode ser efetivamente implementada.

Palavras-chave: nanossintaxe, adjuntos, complementos, verbos de movimento

Abstract

This *squib* revisits the discussion about the complement *versus* adjunct classification that is traditionally assigned to arguments of motion verbs. I propose that dubious or imprecise cases can be better understood in light of the fine-grained analyses proposed in recent works in Nanosyntax. Of those, the hypothesis that the syntactic and semantic modules constitute a single computational system, subjected to the same principles and rules, will be central to the discussion presented here. This hypothesis leads us to search for answers which take both syntactic and semantic factors into consideration when determining the complement or adjunct status of arguments. The analysis presented here shows that reconciliation between a syntactic and a semantic approach can be fruitfully implemented.

Keywords: nanosyntax, adjuncts, complements, motion verbs

* Universidade Federal da Integração Latino-americana, UNILA. Doutora em Letras - Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná, UFPR, *e-mail*: val.ramme@gmail.com. Agradeço aos pareceristas anônimos e aos editores pela leitura atenta e excelentes sugestões. Infelizmente, nem todas puderam ser acatadas, por limitação de espaço, mas não deixarão de ser contempladas no desenvolvimento subsequente desta pesquisa.

1 Introdução

O objetivo deste artigo é contribuir para a discussão sobre a distinção complemento *versus* adjunto de forma a integrar uma análise semântica e sintática. Para tal, apresentarei o novo modelo teórico conhecido como Nanossintaxe. A partir desta linha teórica, será discutida, então, uma interpretação alternativa para os tradicionais problemas de classificação entre adjunto, por um lado, e complemento oblíquo, por outro, que rondam a classe dos sintagmas preposicionados licenciados por verbos de movimento.¹

Para ilustrar o quebra-cabeça que será abordado neste texto, tomemos o verbo *ir* e seus complementos. Tradicionalmente, propõe-se que este verbo licencia complementos oblíquos, que são interpretados como seus argumentos, quando acompanhado da preposição *para*. Por outro lado, a preposição *até* seria amplamente utilizada para introduzir adjuntos. Se comparamos sentenças com ambas as preposições, contudo, não conseguimos encontrar essa esperada distinção, nem por meio de testes tradicionais para a classificação adjunto *vs.* complemento, como é o caso do apagamento do constituinte ou o uso de uma pró-forma verbal:

- (1) a. Joana foi para o mercado.
b. Joana foi até o mercado.
c. *Joana foi.
d. *Joana foi até o mercado, e Ana fez isso até a farmácia.
e. *Joana foi para o mercado, e Ana fez isso para a farmácia.

A literatura que discute as noções de argumento, complemento e adjunto é extensa. Em geral, há duas grandes dificuldades enfrentadas para se estabelecer se os argumentos de um verbo são complementos ou adjuntos. A primeira reside na relação entre a sintaxe e a semântica, fato que leva muitos pesquisadores a se posicionarem em uma ou outra perspectiva. Na perspectiva da análise aqui desenvolvida, esse problema não se coloca, uma vez que, seguindo a proposta de Ramchand (2008a), concebemos os módulos sintático e semântico como um só.

A segunda dificuldade, de acordo com Cançado (2009), tem relação com a complexidade de se estabelecer quais são os complementos (argumentos lógicos ou semânticos) de um verbo a partir das avaliações de falantes nativos. Isso acontece porque, muitas vezes, não há consenso sobre os argumentos necessários para saturar o sentido de um verbo e nem sobre o fato de um determinado complemento ser ou não obrigatório. Como o

¹ Neste trabalho, são considerados *verbos de movimento* aqueles verbos que descrevem qualquer tipo de movimento ou deslocamento, seguindo a proposta de Levin (1993, p. 263-270). Ou seja, são verbos que codificam a forma ou a direção na qual alguma entidade pode se mover. Essa mesma concepção também pode ser encontrada nos trabalhos de Talmy (1985), Jackendoff (1983, 1990), Beavers (2008), entre outros.

problema teórico da distinção complemento *vs.* adjunto é ilustrado, muitas vezes, com dados de verbos de movimento, nos dedicaremos aqui à análise de tais predicados.

Desse modo, para desenvolver este debate, na seção 2, o problema mencionado é exposto em mais detalhes e algumas propostas já estabelecidas são discutidas. Na seção 3, a Nanossintaxe e os princípios que nos permitirão desenvolver uma análise alternativa são apresentados de forma concisa. Finalmente, na seção 4, uma breve discussão de casos do português brasileiro (PB) é implementada.

2 O problema da oposição complemento/argumento *vs.* adjunto

Segundo Cançado (2009), os problemas que encontramos nas distintas teorias surgem, exatamente, por causa da confusão entre os argumentos semânticos de um predicado verbal, no sentido lógico, e as posições sintáticas entendidas como complementos deste predicado. Isto é, se considerássemos somente o critério sintático e levássemos em conta, por exemplo, a impossibilidade de um complemento ser apagado da expressão sintática (como *para casa*, em (2a) e *uma maçã* em (2b)), *comer* não poderia ser classificado como um verbo transitivo, somente *ir*:

- (2) a. Joana foi para casa *vs.* *Joana foi.
b. Joana comeu uma maçã *vs.* Joana comeu.

Neste sentido, para Cançado (2009), não é possível estabelecer uma relação direta entre os argumentos semânticos e os complementos sintáticos de um verbo, em oposição aos adjuntos. Segundo Cançado (2009), a relação direta entre complementação do sentido de um verbo e as posições de complementos sintáticos seria uma falsa noção que a Gramática Gerativa (GG) herdou da Gramática Tradicional (GT). Ou seja, o:

argumento pode não estar explícito na sentença, mas não significa que ele não faça parte da complementação do sentido do verbo. [...], como a GG reinterpreta essas definições da GT (evidentemente de uma maneira bem mais estrutural), a GG também importa essa falsa relação (CANÇADO, 2009, p. 44).

Consequentemente, Cançado (2009) propõe:

delimitar, com mais precisão, as noções de argumento, de complemento e de adjunto, definindo os argumentos como uma noção estritamente semântica, que envolve a atribuição de papéis temáticos, e os complementos e os adjuntos, como noções estritamente sintáticas, que envolvem a posição estrutural e a atribuição de casos (CANÇADO, 2009, p. 35).

Em sua discussão, a autora revisita testes tradicionalmente aceitos para a categorização de determinado sintagma como argumento/complemento ou como adjunto. Um deles envolve a possibilidade de deslocamento. Segundo tal proposta, adjuntos são mais livres e podem aparecer em diferentes posições da sentença, sem a necessidade de uma entonação mais marcada. Por outro lado, argumentos não teriam tanta liberdade (Cf. CANÇADO, 2009, p. 41). É possível ver um exemplo do teste mencionado nas sentenças abaixo:

- (3) a. Joana foi para casa hoje cedo.
b. Hoje cedo, Joana foi para casa.
c. Para casa, Joana foi hoje cedo.

De acordo com Cançado (2009), porém, esse teste não é muito confiável, tendo em vista que, mesmo no caso de adjuntos, a mudança na ordem de um constituinte exige sim uma marcação diferenciada na entonação, como se observa na leitura dos exemplos em (1) acima.

Outro teste comumente usado para diferenciar argumentos de adjuntos, segundo Cançado (2009, p. 40), é proposto por Saeed (1997) e também por Mito, Silva e Lopes (2000) nas análises do português.² Segundo esses autores, argumentos/complementos não podem ser facilmente apagados da expressão sintática, como nos exemplos (4a) e (4b), enquanto que adjuntos podem ficar de fora sem danos para a boa interpretação de uma sentença, como em (5a) e (5b) e exemplos abaixo:

- (4) a. Joana foi para casa.
b. *Joana foi.
- (5) a. Joana correu até a escola.
b. Joana correu.

O problema principal do teste acima reside no fato de que muitos argumentos semânticos, que são, sim, necessários para a boa interpretação de um verbo, podem ficar implícitos, isto é, não precisam ser necessariamente expressos sintaticamente:

- (6) a. Joana vendeu um carro para a Alice por 50.000 reais.
b. Joana vendeu um carro para a Alice.
c. Joana vendeu um carro.
d. *Joana vendeu.

² É importante mencionar que os referidos textos são manuais introdutórios e, por este motivo, podem dar um tratamento superficial e relativizado da questão. Não obstante, esses textos são referência para o ensino de linguística e podem ajudar na caracterização dessa imprecisão.

Para Cançado (2009), essa assimetria, entre o que é semanticamente obrigatório e o que é sintaticamente obrigatório, reside no fato de que os argumentos semânticos estão sempre presentes e, portanto, são recuperáveis na interpretação. Conseqüentemente, esses argumentos não precisam ser expressos obrigatoriamente na sintaxe. Todavia, essa explicação, como veremos na seção 3, não nos permitiria entender a estreita relação existente entre a sintaxe e a semântica, que é mais próxima e mais sistemática do que um posicionamento como o de Cançado supõe. Neste sentido, um teste proposto por Fábregas (2008) pode nos apontar um outro caminho.

Fábregas (2008) discute um teste amplamente aceito para distinguir argumentos de adjuntos: o uso de uma pró-forma verbal como *faz isso/o faz (do it, em inglês e lo hace, em espanhol)*. A proposta é que tais formas podem coocorrer com adjuntos, como nos exemplos (7a), (7b), (7d) e (7f), enquanto que bloqueariam sistematicamente argumentos, como nos exemplos de (7c) e (7e):

- (7)
- a. Joana dançou no jardim, e Ana fez isso na calçada.
 - b. Joana compôs uma música para Nina, e Alice fez isso para Simone.
 - c. Joana correu para o jardim, e Ana fez isso *para a rua.
 - d. Joana correu até a esquina, e Ana fez isso até a praça.
 - e. Joana vendeu um livro para Alice, e Nina fez isso *para Simone.
 - f. Joana correu na praia, e Ana fez isso no parque.

(Adaptados de RAMMÉ, 2017, p. 56-57)

Como podemos observar em (7c) e (7d), um exemplo relevante da distinção entre complementos e adjuntos com os verbos de movimento no PB envolve os usos das preposições *para* e *até*. Em geral, assume-se que a preposição *para* seria uma preposição funcional, que pode introduzir argumentos verbais e não seria, ela mesma, predicadora. Por outro lado, a preposição *até* seria uma preposição predicadora que teria a habilidade de introduzir alvos em sentenças, mesmo que o verbo em si não possua tal argumento.

Note-se que, no caso do verbo *correr*, um mesmo alvo introduzido por um sintagma preposicionado, SP a partir de agora, com *até* seria, assim, considerado um adjunto, enquanto que um SP encabeçado pela preposição *para* poderia ser classificado como complemento. Por outro lado, no caso do verbo *ir*, essa distinção não seria muito convincente. Vejamos, por exemplo, os casos abaixo, em que tanto a sentença contendo *até*, quanto a sentença com *para* parece passar na condição de argumento, segundo o teste da pró-forma verbal *faz isso*, apresentado por Fábregas (2008) e ilustrado em (7) acima. Em (8), abaixo, retomamos esse teste:

- (8) a. *Joana foi para o mercado, e Ana fez isso para a farmácia.
b. *Joana foi até o mercado, e Ana fez isso até a farmácia.

No japonês, há um fenômeno bastante parecido. Ao buscar evidências semânticas para esclarecer a distinção entre as duas posposições marcadoras de alvo do movimento, *-ni* e *-made*, Beavers (2008) propõe que *-ni*, no japonês, teria a função de um marcador de argumentos verbais. Uma evidência para isso, segundo o autor, seria o fato de que, em domínios não espaciais, como em (10), *-ni* também pode ser usado como marcador de Dativo, codificando um sentido mais abstrato de Alvo, como podemos observar nos exemplos abaixo, adaptados de Beavers (2008):

- (9) Mary-ga boku-ni kono hon-o kureta.
Mary-NOM eu-DAT este livro-ACC deu.
'Mary me deu esse livro.'
- (10) John-wa eki-made/ni itta.
John-TOP estação-até/para foi.
'John foi até/para a estação.'
- (11) John-wa kishi-made/*ni oyoida/tadayotta.
John-TOP margem-até/*para nadou.
'John nadou até/*para a margem.'

No PB, por exemplo, verificaríamos o mesmo comportamento com a preposição *para*, que poderia ser acomodada com o sentido de Alvo de movimento em (12) e com o sentido de Dativo em (13):

- (12) Fui para casa.
- (13) Escrevi para a Joana.

Paralelamente, a posposição *-made* seria usada para introduzir alvos que não fossem, necessariamente, argumentos verbais, como a preposição *até* do PB:

- (14) *Joana mancou para a porta.
- (15) Joana mancou até a porta.

Deste modo, quando usadas nos mesmos contextos sintáticos, e, especificamente, em contextos em que o verbo licencia um argumento alvo, essa distinção semântica ficaria encoberta pela falta de diferenciação sintática:

(16) Joana foi para o banco.

(17) Joana foi até o banco.

Levando em consideração essas observações e buscando uma resposta que unifique o tratamento sintático e semântico dado aos argumentos dos verbos de movimento, apresento a proposta teórica da Nanossintaxe na próxima seção, antes de passarmos à análise.

3 Nanossintaxe e o Princípio da Lexicalização Sintagmática

3.1 Uma análise no nível nano

Segundo Starke (2009), a premissa que leva ao projeto nanossintático é muito simples: as pesquisas empíricas das últimas décadas levam à hipótese de que as estruturas sintáticas sejam muito maiores do que a teoria Gerativa propõe. Consequentemente, seus ingredientes (os núcleos ou nós terminais) devem ser muito menores do que se esperaria. Essa observação leva, assim, a uma consequência decisiva: os ingredientes da estrutura sintática não podem mais ser morfemas ou palavras, mas precisam ser elementos muito mais finos. Desse modo, a sintaxe deixa de ser um dispositivo para arranjar itens lexicais (palavras e morfemas) em estruturas e passa a ser um dispositivo que opera sobre traços conceituais que, por sua vez, encontram-se estocados de forma hierarquicamente organizada nos itens lexicais de uma língua.

Levando em conta as propostas feitas dentro deste quadro, poderíamos estipular que os verbos de movimento do PB codificam estruturas levemente diferentes umas das outras. Seriam essas leves diferenças que estariam permitindo interpretações distintas para tais verbos e que também permitiriam usos em configurações sintáticas levemente variáveis.

Por exemplo, podemos ver as consequências dessas configurações mais finas na estrutura de superfície ao analisarmos os seguintes exemplos:

- (18) a. Joana foi para a linha de chegada.
b. Joana foi até a linha de chegada.
c. *Joana foi um quilômetro/uma quadra/o caminho.

- (19) a. Joana nadou para a margem.
b. Joana nadou até a margem.
c. Joana nadou um quilômetro/uma piscina/a prova.

Para explicitar a análise das sentenças acima, vamos assumir que o verbo *ir* codifique uma estrutura formada a partir dos traços conceituais [INICIAÇÃO[PROCESSO[RESULTADO[ALVO]]]], como proposto por Rammé (2017). Dentro do modelo nanossintático, cada um desses traços constituirá o núcleo de SX.³ Conforme a proposta de Ramchand (2008), nessa hierarquia, o segundo traço mais baixo, de Resultado, indica que a interpretação deste verbo será de um processo que é pontual e cujo ponto final é entendido como obrigatoriamente alcançado. Já o traço Alvo ali codificado, indica que o Resultado alcançado pelo verbo tem a especificação de ser o alvo de uma trajetória espacial.

O verbo *nadar*, por outro lado, codifica a estrutura [INICIAÇÃO[PROCESSO[TRAJETÓRIA]]]. O traço conceitual Trajetória, diferentemente do traço Alvo, não possui especificação sobre o tipo particular de conceito espacial ligado à noção trajetória que deve ser lexicalizado pelo complemento do verbo. O sentido desse traço, segundo Ramchand (2008a), seria o de contribuir com a escala de medição do evento. Ou seja, esse traço Trajetória poderia ser combinado com conceitos como Alvo, Lugar ou Fonte que, por sua vez, poderiam ser lexicalizados tanto por um Nome (N), quanto por um SP. O sentido locativo ou de alvo dependeria, assim, da estrutura do sintagma selecionado pelo verbo.

Em síntese, verbos do tipo *ir*, por carregarem o traço Alvo, selecionam complementos que serão sempre interpretados como lugar-alvo do movimento e, assim, forçam a seleção de preposições que se harmonizem com este traço. Por outro lado, verbos do tipo *nadar* não carregam nenhuma especificação sobre a natureza da trajetória que pode aparecer como seu complemento.

No que concerne às preposições, estas estariam carregando as seguintes configurações: *para* codifica [ALVO[LUGAR[SN]]], enquanto *até* codifica [RESULTADO[ALVO[LUGAR[SN]]]]. As razões para se sugerir que *para* possua tal estrutura são discutidas em Rammé (2017). Já a preposição *até* parece codificar tanto Alvo,

³ Esta estrutura linear também pode ser representada de forma arbórea, porém, não usarei estas representações neste artigo por questão de espaço. Também por esse motivo não será possível aprofundar uma apresentação da Sintaxe de primeira fase de Ramchand. Contudo, para entender essa representação, é preciso levar em conta que Ramchand (2008), seguindo os princípios da Nanossintaxe, propõe que as raízes verbais estejam codificando arranjos de traços conceituais como INICIAÇÃO, PROCESSO e RESULTADO. É na relação de seus argumentos com tais traços que temos, então, a interpretação de um agente (INICIADOR), de um paciente (SOFREDOR) e assim por diante. Cada traço prevê a possibilidade de expressão de um complemento verbal com papel específico. O mesmo complemento, porém, também pode assumir mais de um papel ou permanecer ausente da expressão sintática. Veremos ilustrações de algumas destas possibilidades na seção 3.

quanto Resultado, tendo em vista os seus usos em contextos não espaciais, em que a sua contribuição para a interpretação da sentença é claramente aquela de um resultado alcançado em decorrência do evento codificado pelo verbo:

(20) Joana dançou até cair.

(21) Leu o livro até o fim.

Deste modo, chegamos à seguinte configuração para as sentenças em (22) e (23):⁴

- (22) a. Joana foi_{[INIC[PROC[RES[ALVO]]]]} para_{[ALVO[LUG[SN]]]} a linha de chegada_[SN].
 b. Joana foi_{[INIC[PROC[RES[ALVO]]]]} até_{[RES[ALVO[SN]]]} a linha de chegada_[SN].
 c. *Joana foi_{[INIC[PROC[RES[ALVO]]]]} um quilômetro/uma quadra/o caminho_[SN].
- (23) a. Joana nadou_{[INIC[PROC[TRAJ]]]} para_{[ALVO[LUG[SN]]]} a margem_[SN].
 b. Joana nadou_{[INIC[PROC[TRAJ]]]} até_{[RES[ALVO[SN]]]} a margem_[SN].
 c. Joana nadou_{[INIC[PROC[TRAJ]]]} um quilômetro/uma piscina/a prova_[SN].

Com estas configurações em mente, veremos, na próxima seção, como as estruturas construídas pela sintaxe estão se combinando com os verbos e preposições acima no processo de lexicalização.⁵

3.2 Lexicalização Sintagmática Exaustiva

Outra proposta central da Nanossintaxe estipula que os mesmos princípios e operações da sintaxe estariam atuando igualmente sobre palavras, morfemas e traços conceituais como os encontrados nas estruturas em (22) e (23) acima. Além disso, como já mencionado, propõe-se que um mesmo morfema possa se combinar com mais de um traço ou projeção (para usar a terminologia nanossintática).

Consequentemente, o léxico, dentro do presente modelo, é concebido como uma lista de itens (palavras e morfemas) em que partes de estruturas nanossintáticas são estocadas em associação à informação enciclopédica e à representação fonológica correspondentes. Logo, as entradas lexicais teriam a seguinte forma: <informação fonológica, estrutura nanossintática, informação enciclopédica>. Assim, o processo de lexicalização (*spell out*), poderia ser definido como *uma substituição de um pedaço da árvore sintática por uma*

⁴ Os traços codificados por cada item lexical estarão representados do lado direito destes itens na sentença.

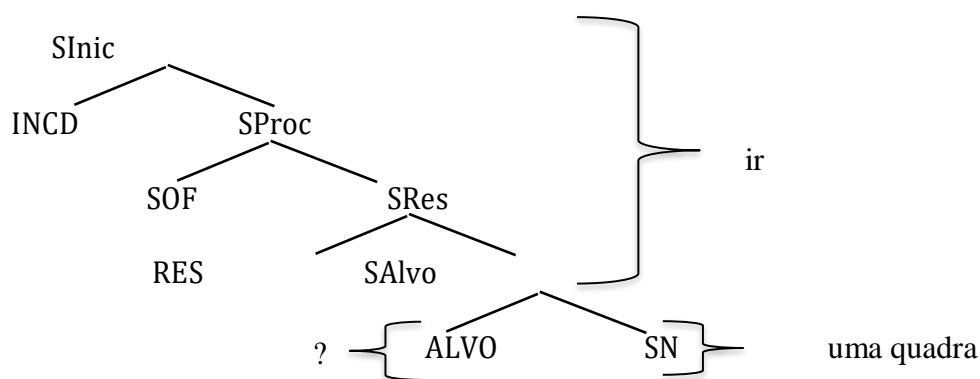
⁵ Este termo será definido na sequência.

entrada lexical do Léxico, que, por sua vez, fornece à estrutura sintática o conteúdo fonológico e conceitual [enciclopédico] da entrada (PANTCHEVA, 2011, p. 109).⁶

Note-se que o princípio de combinação das árvores estocadas no léxico com as árvores construídas pela sintaxe leva em conta a ideia de que tanto nós terminais, quanto nós não-terminais são alvo de inserção/combinação (STARKE, 2009; CAHA, 2009; FÁBREGAS, 2008, 2009). Assim, um item de vocabulário será selecionado de forma bem sucedida para inserção, se sua entrada lexical carregar um nó ou um sintagma SX idêntico ao nó ou ao sintagma SX criado pela sintaxe. Este processo é denominado Lexicalização Sintagmática e é defendido de maneira aprofundada por Fábregas (2009). Em Fábregas (2008), encontramos a hipótese de que a correta combinação de itens lexicais com partes da estrutura sintática seria o princípio central regulando as sentenças bem formadas de uma língua. Neste sentido, o autor sugere que todos os traços construídos pela sintaxe devam estar obrigatoriamente lexicalizados (combinados a itens lexicais que carreguem tal traço ou estrutura) antes de a derivação avançar para o ciclo seguinte. Tal princípio é definido por Fábregas (2008, p. 2) e por Pantcheva (2011, p. 117) como Lexicalização Cíclica Exaustiva.

Para ilustrar este princípio, podemos nos referir ao exemplo (22) acima. Em (22c), tendo em vista que o verbo *ir* necessita de um complemento com o traço Alvo, e que o SN *uma quadra* não possui esse traço, a estrutura construída pela sintaxe ficaria deficiente. Ou seja, a projeção SN seria lexicalizada por nenhum item da língua, o que faz com que essa sentença não seja gramatical em PB. Com o objetivo de melhor visualizar essa questão, vamos observar a representação arbórea da sentença acima, em que as chaves indicam o item lexical que se combina com a estrutura criada pela sintaxe:

(24) Foi uma quadra.



Com esta imagem em mente, outros três princípios complementares ainda precisam ser explicitados antes da análise. O primeiro diz respeito à forma como este sistema

⁶ [...] a replacement of a piece of the syntactic tree by a lexical entry from the lexicon, thus supplying the syntactic structure with the phonological and conceptual content of the entry.

restringiria a seleção de itens de vocabulário que carregam o mesmo subconjunto de traços compatível com uma estrutura sintática. Isto é, quando a sintaxe construir [ALVO[SN]], como será feita a escolha entre os itens *para* e *até* do PB, por exemplo, tendo em vista que ambos carregam esta configuração? Para estabelecer tal restrição, Starke (2009) e Caha (2009) propõem o Princípio do Superconjunto: *um expoente fonológico é inserido em um nó se sua entrada lexical possuir um (sub-)constituente que seja idêntico ao nó (ignorando traços)* (CAHA, 2009, p. 55).⁷

Como se pode observar, o Princípio do Superconjunto determina que, no caso de os itens *para* e *até* competirem para inserção em uma construção como [RES[ALVO[SN]]], *até* venceria a competição por dois motivos: (a) primeiro, porque sua estrutura é uma combinação perfeita da estrutura criada pela sintaxe; e (b) porque é o único item que garantiria que todos os traços construídos pela sintaxe fossem lexicalizados, assegurando, deste modo, que o Princípio da Lexicalização Cíclica Exaustiva fosse respeitado.

Ao mesmo tempo, em um contexto em que ambos *até* e *para* estivessem competindo para combinação com a estrutura [ALVO[SN]], seria o item *para* que venceria a competição. Isso se daria devido a outro princípio bastante geral conhecido como Condição Elsewhere, proposta por Kiparsky (1973, p. 94 *apud* PANTCHEVA, 2011, p. 128). Dentro do modelo nanossintático, essa restrição é definida como Princípio Minimize Subassociação e aparece definida de forma muito clara em Pantcheva (2011, p. 125): *Quando duas entradas lexicais possuírem as condições exigidas para inserção em um dado nó, o item com a menor quantidade de traços sobressalentes é inserido/combinado.*

Finalmente, é preciso esclarecer como um determinado verbo impõe restrições sobre os itens que podem ser selecionados (preposições, no caso do PB), para introduzir sintaticamente seus argumentos. Segundo Ramchand (2008b), o princípio que rege esta seleção pode ser definido como Princípio da Subassociação:

Se um item contém um traço subassociado: (i) esse traço deve estar independentemente identificado dentro da fase e ligado ao traço subassociado; (ii) os dois traços ligados desta forma devem unificar seu conteúdo lexical enciclopédico (RAMCHAND, 2008a, p. 98).

Este Princípio garantirá, assim, que os itens usados para lexicalizar os argumentos de um verbo compartilhem com ele o traço a ser lexicalizado. Isto é, no caso do PB, uma preposição somente será selecionada para lexicalizar o traço Alvo de um verbo de movimento se ela mesmo possuir tal traço. Na derivação, então, esta preposição poderá deixar seu traço subassociado, “encolhido”, uma vez que o traço será lexicalizado pelo verbo. Sua inserção, no

⁷ *A phonological exponent is inserted into a node if its lexical entry has a (sub-)constituent that is identical to the node (ignoring traces).*

entanto, será necessária para garantir a correta ponte entre o verbo e o complemento nominal, uma vez que certos verbos de movimento não carregam o traço Nominal em sua entrada lexical. Passaremos a análise do PB para melhor ilustrar estas propostas.

4 Uma análise preliminar dos complementos e adjuntos de verbos de movimento à luz da Nanossintaxe

Levando-se em consideração o que foi apresentado até o momento, os problemas clássicos na distinção entre complementos (argumentos dos verbos) e adjuntos podem ser vistos de outra forma. Com essas novas ferramentas teóricas, podemos propor que o que interpretamos como complementos (em oposição a adjuntos) são aqueles elementos que compartilham dos traços codificados na entrada lexical do verbo. Deste modo, todo constituinte que possuir traços compartilhados com o verbo e, ao se combinar com um dos primitivos codificados por este, deixar seu traço subassociado, será interpretado como complemento e respeitará regras de configuração e movimento mais estritas, independentemente da preposição ou verbo que esteja sendo usado.⁸

Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que o sistema permite que mais de um item se lexicalize ou se combine com a mesma configuração sintática. Essa possibilidade faz com que itens levemente distintos, mas compartilhando partes de uma mesma estrutura, possam ser inseridos nos mesmos contextos sintáticos. Por exemplo, entre as preposições que podem ser selecionadas para codificar o traço Alvo de um verbo de movimento, temos à nossa disposição, no PB, os itens *até* e *para*, com a diferença de que o primeiro ainda codifica o conceito de Resultado.

No caso da lexicalização de eventos de movimento, a leve distinção entre as estruturas que os verbos e preposições codificam levará, assim, a leves diferenças na interpretação de uma maior dependência ou não do argumento introduzido pela preposição. A argumentação aqui é a mesma que a apresentada por Beavers (2008): se o verbo de movimento direcionado for seguido de uma preposição que introduz um de seus argumentos (no caso, o Alvo), a interpretação do ponto final da trajetória, que está codificada na forma do traço Alvo dentro lexema verbal, será obrigatória. Essa leitura deve estar disponível inclusive quando sua efetiva realização for relativizada, como podemos ver no exemplo em (25) abaixo. Isto é, o

⁸ Um apontamento realizado na revisão deste texto questiona como se determinariam os traços que os verbos codificam em sua estrutura. Há dois caminhos para esta resposta: em análises linguísticas, precisaríamos de testes, como aqueles aplicados acima, para verificar se um item carrega ou não o conceito de Resultado, por exemplo. Testes clássicos como o contraste “por *x* tempo” e “em *x* tempo” seriam um primeiro passo. Outro caminho, no caso de esse problema ser colocado para uma teoria de aquisição de linguagem, supõe que a hierarquia de traços proposta pela Nanossintaxe faz parte da GU e que uma tarefa da aquisição constituiria em identificar quais partes da hierarquia são codificadas dentro de que itens da língua materna. Essa tarefa seria facilitada pela rigidez da hierarquia e por princípios da gramática, como o Princípio *ABA (ver CAHA, 2009).

uso desta preposição não pode acarretar a interpretação do alvo do movimento como sendo um ponto intermediário ou diferente do Alvo da trajetória expressa pelo verbo.

- (25) a. João estava indo para/até mercado, mas só foi até a esquina/não foi até o mercado.
 b. João estava indo para/até mercado, *mas só foi para a esquina/não foi até o mercado.

Na interpretação da sentença em (25b), podemos verificar que o estranhamento advém do emprego da preposição *para* na segunda oração. No caso da sentença em (25a), podemos entender que o Alvo do movimento denotado por *ir* permanece inalterado, ou seja, continua sendo o mercado, mesmo que algo tenha impedido João de chegar a seu destino. Em (25b), contudo, o emprego da preposição *para* na segunda oração parece indicar que o Alvo por ela introduzido deve, necessariamente, ser alcançado. Consequentemente, o uso de *para* nesta sentença faz com que o período todo se torne contraditório.

São casos como esses em (25) que, para Beavers (2008), evidenciam que itens como *-ni*, no japonês, e *para*, no PB, seriam realizadores de argumentos verbais, enquanto que *-made* e *até* introduziriam participantes de um evento de movimento, mas não necessariamente argumentos verbais.

É importante destacar, neste sentido, que Beavers (2008) propõe que se faça uma distinção entre eventos de movimento e verbos de movimento:

Qualquer situação dada no mundo real tem um intervalo de propriedades que um determinado lexema denotador de evento pode ou não codificar. Por exemplo, um evento de John correndo para dentro da casa envolve necessariamente uma maneira e um alvo, mas três descrições diferentes do evento podem destacar propriedades diferentes e permanecer neutras em relação às outras [...]. Distinguindo as propriedades dos eventos daquelas codificadas pelo verbo, podemos classificar cada restrição [...] em termos de sua dependência do evento que está sendo descrito ou do verbo que está sendo usado (BEAVERS, 2008, p. 302, tradução da autora).⁹

A partir deste posicionamento, podemos começar a ver de forma diferente a complexa relação entre verbos, seus argumentos e as preposições que uma língua dispõe para introduzir estes argumentos. Assim, no PB, a preposição *para*, por carregar somente o traço de Alvo, pode ser usada para introduzir argumentos de um evento de movimento, mas somente se esses argumentos/traços estiverem previstos (codificados) na estrutura do verbo utilizado. Desse modo, ela é uma preposição que introduz alvos de verbos de movimento.

⁹ Any given situation in the real world has a range of properties that a specific event-denoting lexeme may or may not encode. For example, an event of John running into the house necessarily involves both a manner and a goal, but three different descriptions of the event might highlight different properties and remain neutral about others. [...] Distinguishing properties of events from those encoded by the verb, we can classify each restriction [...] in terms of whether it depends on the event being described or the verb being used.

Ao mesmo tempo, a preposição *até*, devido à sua estrutura [RES[ALVO]], é capaz de introduzir tanto argumentos de um evento de movimento, quanto argumentos de um verbo de movimento. Assim, dentro do presente modelo de representação, a distinção entre complementos e adjuntos está no tamanho e forma da estrutura nanossintática estocada dentro de um determinado verbo/preposição e nas possibilidades de combinação destes itens a estrutura sintática. Logo, se um verbo do português carregar um traço que especifique a natureza de seus argumentos, estes obedecerão a condições mais rígidas em relação a movimentos licenciados ao longo ao processamento sintático e outras operações, independentemente da preposição selecionada para a codificação deste traço, como é possível verificar nos exemplos (26a) e (26b) abaixo:

- (26) a. Joana foi no/para o/até o cinema.
b. *Joana foi.

Isso também acontece com verbos que codificam um argumento Trajetória, embora estes verbos sejam mais flexíveis em relação ao tipo de sentido que pode ser associado ao traço Trajetória. Conseqüentemente, os complementos de tais verbos terão interpretações variáveis, a depender da preposição utilizada, como em (27).

- (27) Joana correu no/para o/até o cinema.

Finalmente, se o verbo de movimento não codificar argumentos Alvo ou Trajetória, ainda assim itens que codificam o sentido de Alvo ou Lugar, e que são comumente usados para introduzir argumentos de outros verbos de movimento, podem aparecer encaixados em suas estruturas sintáticas de forma independente (sem compartilhar traços):

- (28) Joana mancou *para o/até o cinema.

- (29) Joana andou *para a praia/na praia/até a praia.

A diferença entre uma e outra estrutura poderá ser percebida através de dois indícios: primeiramente, um sintagma que não estiver codificando argumentos verbais (compartilhando traços) será mais livre e se comportará mais como aquilo que tradicionalmente chamamos de adjunto, como se pode observar nos exemplos com *até* e *em* nos exemplos (28) e (29). Em segundo lugar, os acarretamentos semânticos de um SP que lexicaliza argumentos verbais e de um SP que não lexicaliza argumentos verbais serão diferentes, como se pôde ver no exemplo em (25). Esta última observação poderia nos ajudar a entender, assim, a razão pela

qual é tão difícil estipular, a partir da intuição dos falantes, quais sintagmas são complementos e quais são adjuntos.

5 Considerações finais

Este *squib* ambicionou discutir, à luz de uma nova teoria — a Nanossintaxe —, alguns problemas ligados à classificação tradicional dos argumentos de verbos movimento como complementos ou adjuntos. Foi proposto que os casos imprecisos encontrados nas análises de dados podem ser mais bem descritos com a adoção de uma proposta central da Nanossintaxe: a hipótese de que os módulos sintático e semântico constituem um único módulo computacional.

Como foi possível verificar, este posicionamento, aliado a alguns poucos princípios, permite explicar de forma alternativa a grande variação que encontramos nas construções que envolvem verbos de movimento e seus complementos preposicionados. Apesar de extremamente breve, espera-se que esta exposição tenha permitido perceber que um caminho de análise alternativo é possível e que novos olhares sobre problemas clássicos da linguística podem nos trazer respostas muito interessantes que nos inspiram, por sua vez, a buscar outras vias de investigação.

Referências

- BEAVERS, J. On the nature of goal marking and delimitation: Evidence from Japanese. *Journal of Linguistics*, v. 44, n. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 283-316.
- CAHA, P. *The nanosyntax of case*. Tese de Doutorado. 334 f. University of Tromsø, Tromsø. 2009.
- CANÇADO, M. Argumentos: complementos e adjuntos. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 53, n. 1, 2009, p. 35-59.
- FÁBREGAS, A. An argument for phrasal spell-out: Indefinites and interrogatives in Spanish. *Nordlyd*, v. 36, n. 1, p. 129-168, 2009.
- _____. The exhaustive lexicalisation principle. *Nordlyd*, v. 34, n. 2, 2008, p. 165-199.
- JACKENDOFF, R. *Semantics and cognition*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1983.
- _____. *Semantic Structures*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1990.
- LEVIN, B. *English verb classes and alternations: A preliminary investigation*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1993.
- MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. *Manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2000.
- PANTCHEVA, M. B. *Decomposing Path : The Nanosyntax of Directional Expressions*. Tese de Doutorado. 301f. University of Tromsø, Tromsø, 2011.
- SAEED, J. *Semantics*. Oxford: Blackwell, 1997.
- STARKE, M. Nanosyntax: A short primer to a new approach to language. *Nordlyd*, v. 36, n. 1, p. 1-6, 2009.
- RAMCHAND, G. *Verb meaning and the lexicon: A first phase syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008a.

_____. Lexical items in complex predications: Selection as underassociation. *Nordlyd*, v. 35, n. 1, 2008b.

RAMMÉ, V. *Mudança semântica no PB: reanálise restringida pela hierarquia funcional-conceitual universal*. Tese de Doutorado. 318f. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

TALMY, L. Lexicalization patterns: Semantic structure in lexical forms. In: SHOPEN, T. (Ed.). *Language Typology and Syntactic Description*, vol. 3: *Grammatical Categories and the Lexicon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 57-149.

Squib recebido em 3 de junho de 2017.
Squib aceito em 21 de fevereiro de 2018.

A semântica dos adjetivos de grau: uma possível relação com os nomes?

Kayron Beviláqua*

Resumo

Neste squib exploramos a semântica da gradação proposta para os adjetivos, tendo como base fundamentalmente os trabalhos de Kennedy (1999) e Kennedy e McNally (2005), e buscamos relacioná-la ao domínio dos nomes (quanto ao seu caráter massivo-contável), estruturas que não são comumente tratadas como predicados graduais. Para tanto, na primeira seção, apresentamos o modelo semântico da gradação e a divisão proposta entre adjetivos relativos e absolutos. Na seção seguinte, discutimos os critérios de distinção massivo-contável e os diferentes tipos de nomes. Em seguida, realizamos os primeiros passos de aproximação semântica entre adjetivos e nomes, ao analisar o comportamento dos nomes em comparativas e na combinação com modificadores graduais. Por fim, fazemos um paralelo entre os diferentes tipos de escalas no domínio adjetival e as diferentes escalas no domínio massivo-contável. Concluimos que é possível uma aproximação; porém, a aplicação profunda do modelo de graus aos nomes traz alguns limites e problemas, tais como a cumulatividade de nomes plurais e a não restrição de certos quantificadores no PB, ao contrário do inglês.

Palavras-chave: adjetivos, graus, nomes, massivo-contável

Abstract

This squib explores the semantics of degrees proposed for adjectives, based essentially on the works of Kennedy (1999) and Kennedy and McNally (2005), and we try to relate it to the domain of the nouns, which are not commonly treated as degree predicates. Thus, in the first section, we present the semantic model of gradation and the proposed division between relative and absolute adjectives. In the following section, we discuss the criteria of mass-count distinction and the different types of nouns. Next, we perform the first steps of a semantic approximation between adjectives and nouns, by analyzing their behavior in comparatives and in combination with degree modifiers. Finally, we make a parallel between the different scales of gradable adjectives and the nouns regarding the mass and count differences. We conclude that an approximation is possible, but the deep application of the degree model to the nouns brings certain limits and problems, such as the cumulativity of plural nouns and the non-restriction of quantifiers in BrP, differently from English.

Keywords: adjectives, degrees, nouns, mass-count

* Universidade Federal do Paraná, UFPR.

1 Introdução

Com este squib pretendemos relacionar a semântica da gradação proposta para os adjetivos — tendo como base fundamentalmente os trabalhos de Kennedy (1999) e Kennedy e McNally (2005) — aos nomes, estruturas que não são comumente tratadas como predicados graduais, em especial quanto ao seu caráter massivo-contável. O modelo de semântica de graus, como chamaremos aqui, prevê que os adjetivos são predicados graduais, os quais possuem uma estrutura escalar, isto é, baseada em escalas. Essa característica pode ser apurada ao observarmos o comportamento dos adjetivos em sentenças comparativas:

- (1) O João é mais **alto** do que o Pedro.

Seguindo o modelo semântico de graus, a sentença em (1) somente será verdadeira se, numa escala de altura, for possível verificar que o grau de altura associado ao indivíduo João é superior ao grau associado ao indivíduo Pedro. Dessa forma, segundo Kennedy (1999), adjetivos como *alto* são predicados graduáveis e, portanto, possuem estruturas escalares. O adjetivo *alto* expressa uma comparação em relação a uma dimensão, “altura”, que, por sua vez, está associada a uma escala de altura.¹

Seguindo o mesmo modelo de estruturas escalares, parece possível estender a análise realizada em (1) para o domínio dos nomes, que também podem aparecer em construções comparativas. Vejamos:

- (2) O João comprou mais **livros** do que o Pedro.

Primeiramente, é preciso estabelecer as unidades da comparação em (2) levando em consideração a denotação de *livros*, um predicado contável plural. Seguindo Link (1983) e Chierchia (1998), a extensão de nomes contáveis é representada por um conjunto de átomos — ou unidades —, enquanto a extensão de tais nomes no plural é representada pelo conjunto de pluralidades dessas unidades. Perceba que, assim, temos uma dimensão dada para esses nomes. O nome *livros* expressa uma comparação em relação à dimensão de “unidades”, que, por sua vez, está associada a uma escala de cardinalidade. Logo, a sentença em (2) somente será verdadeira se, numa escala de cardinalidade, for possível verificar que o grau de unidades de livros comprados por João é maior do que o grau de unidades de livros comprados por Pedro.

Além do mais, assim como adjetivos graduais, os nomes parecem se combinar com expressões de grau, como *muito(a)* e *muitos(as)*:

¹ Há, naturalmente, outros modelos semânticos que utilizam mecanismos de análise diferentes para explicar a semântica de (1). Klein (1980), por exemplo, trata adjetivos como *alto* como predicados vagos. Ver também a proposta de Burnett (2012).

- (3) João vendeu **muito** peixe.
- (4) João comprou **muitos** livros.

O critério da comparação aponta para um tratamento gradual dos nomes. Como lidar com isso? É possível tratar tais nomes como predicados graduais? A que escalas e dimensões eles estão associados? Para tentar responder a essas perguntas, utilizamos os pressupostos da proposta de graus, bem como o embasamento teórico sobre a distinção contável-massivo nas línguas naturais, e procuramos caminhos que possam indicar uma possível aproximação entre os diferentes tipos de predicados graduais e os nomes. Mais do que uma análise definitiva, este squib pretende explorar uma teoria que propõe graus na ontologia e expandi-la a outros domínios da linguagem, explorando um exercício formal de análise, apontando os prós e contras de tal aproximação.

2 A semântica de graus dos adjetivos

Como vimos, o modelo de semântica de graus prevê que os adjetivos são predicados graduais, os quais possuem uma estrutura escalar, isto é, baseada em escalas. Essa proposição é mais baseada na diferença interna existente na classe dos adjetivos graduais do que na diferença propriamente dita entre adjetivos graduais e não graduais. Adjetivos graduais são, então, divididos em duas subcategorias: adjetivos relativos e adjetivos absolutos. Adjetivos relativos requerem, quando comparados, uma referência a uma classe de comparação. Não é possível, por exemplo, dizer se algo é alto até que saibamos sua classe de comparação, a qual pode ser fornecida por uma variedade de fontes (por exemplo, o contexto do discurso). Isso traz implicações para o valor de verdade das sentenças com tais adjetivos. Vejamos:

- (5) O João é alto (para um ginasta).
- (6) O João é alto (para um jogador de basquete).

Há uma diferença de parâmetro contextual entre (5) e (6). Em (5), *alto* é um adjetivo relativo, pois sua denotação varia contextualmente, isto é, para atribuir ao João a propriedade de ser alto, é preciso levar em conta a classe de comparação a que está sendo designada essa qualidade. Assim, o João pode ser alto em comparação com ginastas (e assim (5) seria verdadeira) e baixo em comparação com um time de basquete, tornando a sentença em (6) falsa.

A outra subcategoria de adjetivos graduais, adjetivos absolutos, também pode aparecer em comparativas e depende de uma classe de comparação, mas que não é livremente retirada do contexto, como acontece com os relativos. Por exemplo, você pode comparar graus de plenitude de um recipiente sem referência a outros membros da classe:

(7) # O copo está cheio (para um copo de vidro).

O adjetivo absoluto *cheio*, em (3), tem um parâmetro de comparação que não varia livremente; ele procede da dimensão do indivíduo, pois uma das propriedades do indivíduo (por exemplo, a capacidade de retenção do copo) serve preferencialmente de classe de comparação. Assim, não é necessário que se observe uma classe de comparação para afirmar se algo está cheio. Se um copo estiver cheio, não é possível encontrar um contexto que faça, em comparação com outros copos, ele ser mais ou menos cheio.

Outra diferença que opõe essas duas classes de adjetivos diz respeito à combinação com modificadores. Adjetivos relativos não se combinam com chamados modificadores proporcionais. Exemplos em inglês explicitam melhor essa relação (cf. KENNEDY; McNALLY, 2005):

(8) The glass is **almost/completely/half** full.

(9) # My dog is **almost/completely/half** big.

Tais nuances levam os autores a propor a existência de adjetivos graduais; afinal, como explicar essas sensibilidades sem falar em graus e escalas?² Essas diferenças estão diretamente relacionadas às restrições que esses modificadores colocam à estrutura escalar dos itens lexicais que modificam. Modificadores proporcionais como *almost/completely/half* só podem modificar adjetivos graduais que são capazes de fornecer um ponto final escalar máximo (absolutos). Assim, os padrões sintáticos de modificação são bons esclarecedores das diferenças subjacentes à representação semântica desses adjetivos graduais.

Assim, apesar de serem predicados de graus, esses dois tipos de adjetivos apresentam comportamentos diferentes em relação à sua escalaridade. Segundo Kennedy e McNally (2005), há dois tipos de escalas: abertas e fechadas. Escalas abertas são aquelas que não possuem um grau mínimo ou máximo. *Alto*, por exemplo, é um adjetivo de escala aberta, uma vez que não há lexicalmente um grau para algo ser considerado alto.

Por outro lado, há escalas fechadas que possuem um grau mínimo e/ou um grau máximo determinados. Por exemplo, para escalas fechadas no grau máximo, temos o par *seguro - inseguro*, pois para ser seguro algo tem de ter total segurança, e qualquer grau menor que 100% de segurança o torna inseguro ou perigoso. Já para escalas fechadas no grau zero, consideremos o par *molhado - seco*: algo seco tem zero de umidade; e qualquer grau diferente desse torna o

² Está fora do escopo deste trabalho abordar esse debate. Naturalmente, aqui, é de nosso interesse assumir a proposta de graus, pois iremos explorá-la ao estendê-la ao domínio dos nomes.

objeto molhado. Dito de outro modo, diferentes graus, a partir do ponto mínimo, da propriedade de umidade rendem *molhado*; e somente um grau rende *seguro*, o grau máximo.³

Há também adjetivos de escala fechada tanto no ponto máximo quanto no ponto mínimo. É o caso do par *cheio* – *vazio*. Não há como um copo que atingiu o máximo de sua capacidade ficar mais cheio. Do mesmo modo, não há como um copo ter menos líquido que o mínimo de conteúdo possível, pois estaria *vazio*.

Em suma, chegamos a quatro tipos de escala: aberta; fechada na ponta mínima; fechada na ponta máxima; e fechada nas duas pontas. A figura a seguir, então, resume as diferentes escalas relacionadas aos diferentes adjetivos graduais:

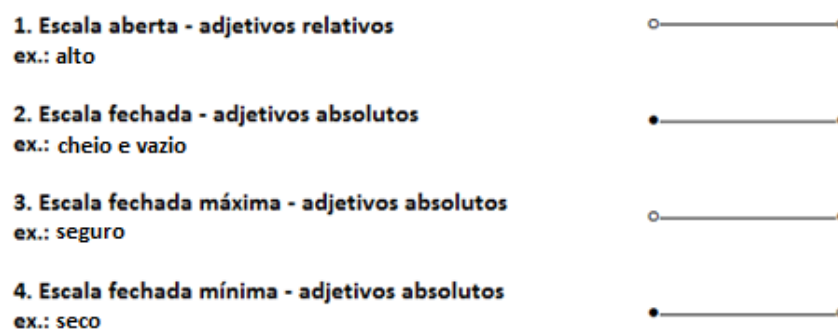


Figura 1: Escalas de adjetivos graduais. Elaborada pelo autor.

Como afirmam Kennedy e McNally (2005), apesar das diferenças, os adjetivos acima possuem o mesmo tipo semântico de todos os adjetivos graduais (<d, <e,t>>), isto é, são relações entre graus e indivíduos. Feita essa breve introdução ao modelo semântico da gradação, abordamos a seguir o domínio dos nomes apresentando modelos que também propõem uma divisão fundamental, entre massa e contável.

3 A semântica da distinção contável-massivo

Nesta seção, investigamos a relação entre o domínio da distinção contável-massivo e a expressão dos sintagmas nominais nas línguas naturais. A discussão é demasiada extensa; portanto, dado o escopo deste trabalho, trataremos apenas das questões que envolverão nossa análise mais à frente. Tradicionalmente, instaurou-se uma associação direta entre nomes contáveis e objetos atômicos no mundo, e entre nomes massivos e substâncias, mas tal concepção foi sendo remodelada.

³ É possível, naturalmente, fazer o raciocínio inverso e, em vez de considerar uma escala de umidade, considerar uma escala de “sequidão”, por exemplo. Com isso, somente um grau rende *seco*, o grau máximo; e qualquer ponto na escala rende *molhado*.

Em termos semânticos/ontológicos, por exemplo, buscam-se critérios eficazes que possam distinguir entre nomes massivos e contáveis. Quine (1960) observou que os nomes de massa são cumulativos. A cumulatividade diz basicamente que se combinarmos duas partes de uma mesma substância, que é a referência de um nome de massa, o resultado ainda pode ser referido pelo mesmo nome. Por exemplo, se tomarmos duas porções de água e colocá-las juntas, o que temos ainda é *água*. Por outro lado, isso não ocorre com os nomes contáveis singulares: se juntarmos um carro com outro carro, o resultado não poderia ser referido como *carro*.⁴

Há também o critério chamado de divisibilidade (CHENG, 1973). A autora nota que, para os nomes de massa, se houver um elemento que pertence à extensão dos nomes massivos, cada subparte desse elemento também pertence a essa extensão. Então, nomes de massa são divisíveis. Vejamos o caso de *água*: se pegarmos uma porção de água e a dividirmos, a parte restante também será referida como água. Podemos até dividir essa subparte em outras subpartes sucessivamente. Por outro lado, subpartes de um carro não podem ser referidas como *carro*, já que a princípio trata-se de um nome contável.⁵

Podemos pensar essa distinção também em termos sintáticos. Chierchia (1998) aponta três principais restrições relacionadas a essa distinção:

- (i) (não) presença de morfema de plural;
- (ii) (não) combinação com numerais cardinais;
- (iii) combinação com quantificadores específicos para massa/contável.

Vejamos a realização desses aspectos para nomes contáveis:

- (10) João comprou três livros.

Segundo os critérios (i) e (ii), nomes de massa não aceitam a marcação de plural, nem a combinação com numerais. Já os nomes contáveis, sim, como é o caso de *livros* em (10). A impossibilidade da combinação de marcação de plural e combinação com um numeral a nomes de massa pode ser atestada na agramaticalidade da sentença seguinte:⁶

- (11) *João comprou três areias.

⁴ O plural, dessa forma, é cumulativo, já que podemos usar *carros* nesse caso.

⁵ Talvez aqui seja interessante uma discussão sobre o singular nu no PB. Pires de Oliveira e Rothstein (2011) argumentam que o singular nu pode denotar, por exemplo, partes de indivíduo.

⁶ A sentença em (11) só é aceitável em um contexto no qual estão em questão diferentes tipos (ou *containers*) de areia. Nesse caso, temos um caso de coerção e a operação de contagem é licenciada por um classificador.

Ademais, segundo o critério (iii), há quantificadores específicos tanto para nomes massivos quanto para nomes contáveis. Essa especialização fica mais clara se atentarmos para o exemplo do inglês:

(12) much/*many water

(13) *much/many boys

Em inglês, *much* atua como o quantificador especializado para nomes de massa, gerando uma leitura de que o grau de volume de água é superior a um determinado parâmetro de comparação; e *many* atua como o quantificador contável, já que quantifica apenas sobre nomes contáveis (e plurais), atribuindo uma interpretação de que o grau de cardinalidade de um determinado objeto discreto é superior a um determinado parâmetro de comparação.

Porém, como mostra Rothstein (2010), a questão é mais complexa. A autora afirma que a distinção contável-massivo não é ontológica, mas, sim, linguística (ou seja, relaciona-se com a maneira como, através de uma língua, denota-se alguma coisa, e não como o objeto é no mundo, se é uma substância ou um objeto discreto). Há certos nomes que, embora sejam contáveis no domínio do linguístico, não têm átomos naturais no mundo, como *cerca*, *muro*, *graveto*, etc., que são, segundo a autora, homogêneos — já que um pedaço de cerca é ainda uma cerca. No entanto, ao mesmo tempo, esses nomes são contáveis, ao contrário de outros nomes contáveis que são, em maioria, heterogêneos, como *menino* — um pedaço de menino não é um menino — e etc. Assim, *cerca* é um nome contável, podemos dizer *duas cercas*, mas não há uma unidade no mundo que seja independente do contexto.

Por outro lado, há nomes que não são contáveis no domínio linguístico, mas denotam agregados de objetos no mundo, os chamados “count mass nouns” (DOETJES, 1997), como *bagagem*, *mobília*, *prataria*, *gado*, *arsenal*, *bijuteria*, *roupa*, etc. Esses nomes apresentam certo paralelismo sintático com os nomes massivos por não admitirem pluralização e contagem, mas possuem unidades atômicas identificáveis no mundo. Por exemplo:

(14) João tem muita mobília em casa. Ele tem três mesas, dez cadeiras, etc.

De forma geral, assim como os nomes massivos, esses “count mass nouns” não podem ser pluralizados ou contados, mas têm sob seu domínio unidades identificáveis, compartilhando algumas características próprias de nomes contáveis.

Vimos que, assim como os adjetivos se distinguem entre relativos e absolutos, entre os nomes há também uma distinção binária, contáveis e massivos. Tais nuances nos adjetivos são explicadas pela semântica da gradação através de diferentes tipos de escala. A linha que

interessa explorar aqui é se a mesma proposta não pode ser aplicada aos nomes. É o que procuraremos realizar na próxima seção.

4 Uma aproximação

Assumindo, então, graus na nossa ontologia, principalmente no domínio dos adjetivos, como vimos na seção 2, parece plausível — do ponto de vista da razoabilidade teórica, afinal incluímos um novo tipo semântico em nosso inventário de denotações — estender a propriedade da gradação para outros domínios da linguagem, como, por exemplo, os nomes.

Tal relação é possível, principalmente se atentarmos para o fato de que nomes, assim como adjetivos, podem aparecer em construções comparativas. Por exemplo:

- (15) João é mais **alto** que a Maria.
- (16) João tem mais **livro(s)** que a Maria.

Como já discutimos anteriormente, as sentenças estabelecem uma comparação que varia entre graus de altura, em (15), e quantidade de unidades de livros, em (16). A possibilidade de certos adjetivos serem comparados, como *alto* e *cheio* — ao contrário de *amarelo* —, é um indicativo de que aqueles adjetivos apresentam um tipo semântico diferente, contendo graus. Então, a inferência pode ser válida também para os nomes.

Complementarmente, nomes também podem ser modificados por quantificadores que expressam uma relação entre graus, como *muito(a)*:

- (17) João é **muito alto** para Pedro.
- (18) João comprou **muitos livros** (em relação a Pedro).

A combinação dos adjetivos e nomes com modificadores de grau aumenta o grau estabelecido pela determinada propriedade. Então, (17) somente será verdadeira se, numa escala de altura, houver um grau maior (associado a João) do que o grau de altura já associado ao indivíduo João, que é superior ao grau associado ao indivíduo Pedro. De modo análogo, (18) será verdadeira se for possível verificar que há um grau maior do que o grau do conjunto de unidades de livros comprados por João, que, por sua vez, é maior do que o grau do conjunto de unidades de livros comprados por Pedro.

Outro ponto de aproximação entre nomes e adjetivos graduais diz respeito à vagueza. A característica contextual (e de vagueza) observada nos adjetivos como *alto*, discutida anteriormente, parece estar presente também em alguns nomes, por exemplo, *cerca*: assim como a afirmação de que certo indivíduo é alto pode ser verdadeira ou falsa em contextos diferentes, não sabemos decidir, por exemplo, se estamos diante de uma cerca, duas, etc.

Tais pontos de análise nos levam a uma aproximação entre nomes e adjetivos. Podemos aprofundar mais e buscar uma relação direta entre as diferentes estruturas escalares dos adjetivos graduais (Figura 1), propondo uma subdivisão parecida entre os diferentes tipos de nomes massivos e contáveis. Vimos que *alto* é um adjetivo que parece não envolver valores mínimos ou máximos numa escala. Alguém sempre pode ser mais alto (ou baixo) a depender da classe de comparação. Nomes massivos, como *água*, compartilham de propriedades similares. Como vimos, se combinarmos duas partes de uma mesma substância, que é a referência de um nome de massa, o resultado ainda pode ser referido pelo mesmo nome. Ademais, considerando-se um nome massivo, cada subparte desse elemento também pertence a essa extensão, por exemplo: subporções de areia ainda são areia. Logo, massivos são como relativos.

Nomes contáveis, por sua vez, se aproximam de adjetivos absolutos de escalas totalmente fechadas. Para nomes contáveis, há sempre uma unidade semântica bem estabelecida e ela não varia. Diferentemente dos nomes massivos e de escala aberta, nomes contáveis — como o par singular e plural *livro* – *livros* — não aceitam subdivisão ou cumulatividade. Uma unidade atômica de livro não pode ser menos que isso (pedaço de livro) ou mais (combinação de livros). Por isso a escala fechada nas duas pontas. Não há variação entre os pontos mínimo e máximo da escala.

“Count mass nouns”, como *mobília*, nessa proposta, são semanticamente próximos a adjetivos de escala fechada no grau máximo (como *reto*). A ponta aberta no grau mínimo indica a possibilidade de um agregado como *mobília* ser divisível em diferentes unidades. Se você tem um apartamento com 15 móveis, você pode chamá-lo de *mobília*. Mas você também pode chamar de *mobília* somente os móveis do quarto. Um móvel no quarto ainda é *mobília*, assim como todo os móveis do apartamento. A ponta fechada no máximo é representativa da impossibilidade de pluralização do nome. Não é possível juntar *mobília* e *mobília* e obter **mobílias*.⁷

Por último, nomes contáveis homogêneos, como *cerca*, seriam como adjetivos de escala fechada apenas no grau mínimo. Perceba que tais nomes respeitam as restrições sintáticas de nomes contáveis, mas semanticamente possuem a característica da cumulatividade. Vejamos através de um exemplo similar ao de Rothstein (2010):

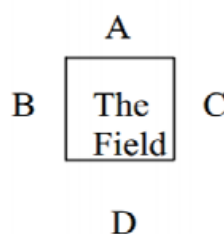


Figura 2: Imagem representativa de *cerca*. Fonte: ROTHSTEIN (2010).

⁷ Note que a pluralização de nomes massivos só é possível através de coerção. Ver Bunt (1985).

Na imagem, temos um campo cercado por uma cerca? Ou são quatro cercas? Independentemente do que se considera como uma unidade de cerca, há sempre uma unidade estabelecida (um átomo semântico), por isso a ponta fechada no grau mínimo. Por outro lado, é sempre possível incluir mais uma unidade à cerca, por isso a ponta aberta no grau máximo.

Nosso quadro comparativo, em relação a estruturas escalares de adjetivos relativos e absolutos (Figura 1) ficaria assim:



Figura 3: Escalas e tipos de nomes. Elaborada pelo autor.

Tal quadro não se mantém, contudo, acima de problemas. Não parece haver diferença gramatical entre os adjetivos de escalas fechadas em 100% e escalas fechadas em 0%, como argumentam Kennedy e McNally (2005), daí ser possível unificá-los em uma única escala, de fechada em pelo menos uma das pontas. Isso traz problemas para o paralelo com nomes, pois temos diferenças gramaticais entre nomes como *cerca* e *mobília*, por exemplo, a possibilidade de contagem (*três mobílias vs. três cercas).⁸

Outra consequência de tal aproximação diz respeito ao par singular - plural. O plural carrega marcas morfossintáticas que restringem sua sintaxe e interpretação à atomicidade. Contudo, a cumulatividade é possível para tais nomes; afinal, se juntarmos bolas com mais bolas, poderemos ainda nos referir a esse grupo como *bolas*. O critério da cumulatividade, então, não consegue distinguir entre nomes de massa e nomes contáveis plurais, o que levaria um problema à análise feita, considerando a ponta fechada no ponto máximo para nomes contáveis. Para o plural, a escala mantida deveria ser com a ponta máxima aberta e ponta mínima fechada.

Além do mais, como observam Kennedy e McNally (2005), há quantificadores que não operam sobre certos adjetivos. É o caso de *much*, *well* e *very*. *Much* apenas modifica adjetivos absolutos com escala fechada no grau mínimo. Adjetivos com escala fechada no grau máximo não se combinam com *much*. Por outro lado, *well* somente se combina com adjetivos absolutos

⁸ À primeira vista parece ser possível uma sentença como: João carregou três mobílias. Contudo, nesses casos, parece haver um classificador encoberto, gerando a interpretação de três tipos de mobília ou três grupos de mobília. É o que a literatura argumenta para casos de contagem direta de nomes de massa. É possível também, por outro lado, que seja o caso de uma ressignificação de *mobília* para designar *mala*, por exemplo.

com escala fechada e não se combina com absolutos de escala aberta. *Very*, por sua vez, modifica apenas adjetivos relativos. Tal diferença deveria ser possível no domínio dos nomes. Porém, no PB, o operador *muito(s)* se combina com todos os nomes analisados anteriormente (*muita água, muita mobília, muitos livros; muita cerca*). Ademais, no próprio domínio dos adjetivos no PB, não há uma clara distinção entre modificadores que operam somente sobre alguns adjetivos; é possível combinar *muito(a)* com qualquer adjetivo gradual (*muito alto; muito aberta; muito curvado*), o que indica que há uma diferença translinguística e que talvez a distinção gradual e não gradual não seja tão clara no PB como é no inglês.

5 Algumas Considerações Finais

A discussão aqui realizada priorizou um paralelo entre o domínio dos nomes e adjetivos, tendo como pano de fundo a semântica da gradação e a semântica da distinção contável-massivo. Uma pergunta que fica é: só existiriam nomes graduais? Sabemos que existem adjetivos graduais, como *alto* e *fechado*, mas há também adjetivos não graduais, como *atômico* e *grávida*. Conseguimos relacionar os nomes aos adjetivos de graus, mas não mencionamos a possibilidade de nomes não graduais. Nessa direção, uma análise possível é tratar dessa maneira os nomes únicos, como *sol*, que designa um único indivíduo no mundo. Perceba que esses nomes não apresentam as mesmas características dos nomes que apresentamos, isto é, não atuam em comparações e não aceitam modificadores de graus; além do mais, eles não são vagos. Esses parecem ser indícios de que não são predicados de graus e se comportam, então, como adjetivos não graduais.

Outro ponto a se considerar é a produtividade do singular nu no PB. Como Pires de Oliveira e Rothstein (2011) mostraram, o singular nu possui comportamento semelhante aos nomes de massa. Em construções comparativas, como em (2), o singular nu admite comparação numa escala de dimensão massiva, como volume, por exemplo. Então tal sintagma pertenceria aos grupos de escalas abertas, assim como *água*? O problema é que, como também mostram Pires de Oliveira e Rothstein (2011), na mesma comparação, o singular nu admite igualmente comparação por escalas de unidade, atômica, como uma escala fechada. Como lidar com isso?

Há também, por exemplo, questões ontológicas envolvidas das quais não nos aproximamos. Se estamos tratando nomes sob o modelo semântico de gradação, é consequência natural especular sobre o tipo semântico dos nomes. Nesse caso, temos que assumir necessariamente que nomes têm o mesmo tipo semântico de adjetivos graduais (<d, <e,t>>)? Outro ponto que se instaura é: se é possível uma aproximação com nomes, o que dizer da classe verbal? Perceba que é possível a combinação de *muito* com verbos (*João chora/dorme/fala muito*). Além do mais, verbos também podem ser comparados (*Eu dormi mais do que comi*). Que semântica propor então para os verbos?

São discussões que (e o leitor deve ter percebido a ausência) não foram tratadas aqui, mas que são fundamentais, ficando para um aprofundamento da proposta de tratar nomes como estruturas graduais. Com este squib, objetivou-se lançar luz para um novo modo de olhar a semântica da distinção contável-massivo no sintagma nominal. Contudo, mais do que propor soluções definitivas, buscamos apenas iniciar um exercício de análise e problematizar algumas consequências de tal proposta.

Referências

- BUNT, H. *Mass terms and model-theoretic semantics*. Cambridge: CUP, 1985.
- BURNETT, H. A multi-valued delineation semantics for absolute adjectives. In: EGRÉ, P.; RIPLEY, D. (Ed.). *Proceedings of the workshop on the application of three-valued logics to natural language*, Opole, Poland, p. 1-15, 2012.
- CHENG, C-Y. Comments on Moravcsik's paper. In: HINTIKKA, K. J. J. et al. (Org.). *Approaches to natural language*. Dordrecht: D. Reidel, 1973. p. 286-288.
- CHIERCHIA, G. Reference to kinds across languages. *Natural Language Semantics*, v. 6, p. 339-405, 1998.
- DOETJES, J. *Quantifiers and Selection: on the distribution of quantifying expressions in French, Dutch and English*. 1997. Ph. D Dissertation – University of Leiden, Leiden, 1997.
- KENNEDY, C. *Projecting the adjective: the syntax and semantics of gradability and comparison*. New York: Garland, 1999.
- KENNEDY, C.; McNALLY, L. Scale Structure, Degree Modification, and the Semantics of Gradable Predicates. *Language*, v. 81, n. 2, p. 345-381, 2005.
- KLEIN, E. A semantics for positive and comparative adjectives. *Linguistics and Philosophy*, v. 4, p. 1-45, 1980.
- LINK, G. The logical analysis of plurals and mass terms: a lattice theoretical approach. In: BÄUERLE, R. et al. (Eds). *Meaning, use and Interpretation of Language*: Berlin: de Gruyter, 1983. p. 303-323.
- PIRES DE OLIVEIRA, R.; ROTHSTEIN, S. Bare nouns in are mass in Brazilian Portuguese. *Lingua*, v. 121, p. 2153-2175, 2011.
- QUINE, W. *Word and object*. Cambridge Massachusetts: MIT, 1960.
- ROTHSTEIN, S. Counting and the mass-count distinction. *Journal of Semantics*, v. 27, n. 3, p. 343-397, 2010.

Squib recebido em 12 de maio de 2017.
Squib aceito em 11 de dezembro de 2017.